



FACULDADES DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
COMUNICAÇÃO SOCIAL
JORNALISMO

ALAN SCHVARSBERG

A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense

**uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto
empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e
ambiental para a capital.**

Brasília-DF

2009

ALAN SCHVARSBERG

**A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo
Correio Braziliense**

**uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto
empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e
ambiental para a capital.**

Orientadora

Prof. Dra. Magda de Lima Lúcio

Brasília-DF

2009

À comunidade indígena da reserva do Bananal – pela força de luta que vem da terra e do Grande Espírito. Mesmo com toda a força institucional os pressionando, estes guerreiros são exemplos de identidade e amor à terra, ao verdadeiro verde, e às suas culturas. Não se entregam e continuam a afirmar:

O SANTUÁRIO NÃO SE MOVE!

AWIRI!

Agradecimentos

À minha mãe, pela compreensão e suporte.

À minha avó Rolande e minha tia Ilana – exemplos máximos que tenho, cada uma de seu jeito, de superação e perseverança em si mesma. Sempre encontram forças para seguir adiante.

Ao meu irmão, Gabriel, pela inspiração intelectual.

Ao meu pai Benny, pela contribuição acerca do processo histórico do Noroeste e pelas críticas e sugestões.

Aos sócios e amigos da V5, pela compreensão dos momentos de aperto para conclusão do trabalho.

À Julia, pelo carinho, pelo companheirismo, pelas críticas e sugestões, e por sempre me fazer acreditar em mim.

Ao meu pequeno irmão Daniel, que aumenta minha vontade de lutar pela cidade, para que ele tenha uma Brasília mais justa e agregadora. E que ele, em breve, junte-se às lutas por ideais sociais.

Aos companheiros de luta dos movimentos autônomos, que lutam por uma Brasília que seja, acima de tudo, das pessoas de Brasília.

Índice

Introdução.....	6
Capítulo 1 - O que é o Setor Noroeste.....	9
1.1 Os três projetos para o Noroeste.....	11
Capítulo 2 – A influência da publicidade no jornalismo.....	14
2.1 O Chamariz Publicitário.....	15
2.1.1 Rede de Fontes.....	17
2.2 Influência Espacial.....	17
Capítulo 3 0 Questão indígena.....	23
3.1 Histórico do Santuário dos Pajés.....	23
3.2 Abordagem do Correio.....	24
3.2.1 Antecipação.....	26
3.2.2 “A última pendência”.....	27
3.2.3 Índios invasores e o trabalho do esquecimento.....	29
3.2.3 Os índios querem dinheiro?.....	36
3.3 Teoria da repetição.....	37
Capítulo 4 - Setor Noroeste no Correio Braziliense: o que não foi notícia....	39
4.1 Demanda Habitacional.....	40
4.2 Aspectos ambientais e a denominação de Ecovila.....	41
4.2.1 Licença Ambiental.....	42
4.2.3 O conceito de Ecovila.....	44
4.3 Agendamento e enviesamento da perspectiva das notícias.....	46
Capítulo 5 – Outras Abordagens.....	49
5.1 Uma breve descrição dos veículos e análise das notícias.....	50
5.2 A parcialidade não-declarada.....	53
Conclusão.....	55
Referências bibliográficas.....	58

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso do jornal Correio Brasiliense em suas matérias no caderno Cidades, relacionadas à possível (e provável) construção do Setor Noroeste: um novo bairro nas proximidades da Asa Norte que afetará Brasília em diversos aspectos.

O projeto do bairro vem gerando polêmica desde o seu conceito no qual se intitula como uma *Ecovila* e primeiro bairro verde do país. Ambientalistas, como os membros do Instituto de Permacultura, Ecovilas e Meio Ambiente – IPOEMA - questionam a inserção do Setor Noroeste neste eixo. Além disso, urbanistas vem também criticando a qualidade dos Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que avalizaram a construção, já que o local destinado ao novo bairro constitui-se como a última área de mata virgem de cerrado do Plano-Piloto, segundo o Ibama. Há também uma questão indígena. No local residem, há mais de 30 anos, 10 famílias contendo cerca de 30 índios de cinco diferentes etnias que reivindicam a terra e se recusam a sair do local que afirmam ser sagrado, chamado Santuário dos Pajés.

Somam-se ainda aspectos socioeconômicos, já que o bairro será destinado a segmentos de alta renda da cidade com a promessa do metro quadrado mais caro de Brasília. Arquitetos e urbanistas levantam dúvidas sobre a real demanda por moradia destes segmentos e ainda alertam para questões ligadas a dificuldades de mobilidade e escoamento viário urbano que a cidade já possui e que poderão se agravar. Por último, mas não menos polêmico, há o fato de o projeto se desenvolver sob o comando do atual governo do Distrito Federal, que conta com o empresário Paulo Octávio como vice-governador, que, além de ser um dos maiores empreendedores imobiliários do Distrito Federal, anuncia sua empresa com frequência no Correio e, mais ainda, no caderno de Cidades do jornal.

Neste cenário encontra-se o Correio Braziliense, maior jornal da cidade que, desde março de 2008, agenda regularmente em seu noticiário espaços mensais sobre a possível construção do Setor Noroeste. Porém, as questões de viés crítico e questionador supracitadas no parágrafo anterior se secundarizam ou nem chegam a ser trabalhadas em detrimento de uma espécie de tentativa de consolidação e propagandeamento do novo bairro.

Na opção por utilizar o referencial teórico-metodológico da análise do discurso, a análise perpassa todo o percurso do trabalho, já que nela, além da análise propriamente do conteúdo textual, se faz necessária a contextualização sócio-histórica em que o objeto estudado se insere. Por isso, além dos referenciais teóricos, foi realizada pesquisa de campo, visitas ao Santuário dos Pajés, onde mora a comunidade indígena, além de entrevistas com técnicos e especialistas.

Partindo então deste modelo de análise, no qual a teoria afirma que o sujeito discursivo, no caso o jornal, funciona “pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 1999 pg. 19), ou seja, que a materialidade da ideologia do jornal, enquanto empresa privada, é encontrada em seu discurso diário, o presente trabalho buscou tentar compreender as motivações para a forma como foi abordado o assunto nas matérias do jornal. O intuito é o de esclarecer, do ponto de vista da qualificação da informação, os objetivos e interesses da empresa Correio Brasiliense em transmitir a idéia de o Setor Noroeste ser uma realidade iminente, enquanto setores da sociedade civil organizada, como o Centro de Mídia Independente e o Fórum das Ong’s Ambientais do DF, e até de organismos institucionais, como a FUNAI e o Ministério Público Federal tentam barrar ou fazem ressalvas ao projeto.

Para tal, foi realizada uma pesquisa na qual o *Corpus* escolhido foi o caderno Cidades do Correio Brasiliense, entre os dias 01 de março de 2008 e 30 de março de 2009, além das capas de jornal que continham alguma informação relacionada ao assunto.

A metodologia desenvolvida para a análise destes conteúdos foi relacionar, categorizar e aprofundar os seguintes tópicos: 1 – Histórico do Setor Noroeste; 2 - A influência da publicidade no jornalismo, trazendo teorias frankfurtianas¹ e do autor Marshall² (2003), 3 - A Questão Indígena, que traz um histórico daquela comunidade. Posteriormente, trabalhei, a partir das teorias de análise do discurso, a abordagem deste tema, que foi o centro da cobertura do Correio Braziliense, e como o jornal construiu a imagem dos índios, bem como o embate envolvendo a comunidade indígena e as autoridades do governo do DF.

¹ O termo é referente à Escola de Frankfurt, um grupo de pensadores emergido do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, ao fim dos anos 1920. Seus membros são associados à Teoria Crítica, que fundamentou, entre outros, conceitos como “indústria cultural” e “cultura de massa”.

² Leandro Marshall é jornalista e professor de Teoria da Comunicação. Especialista em Comunicação Social pela Universidade de Passo Fundo (RS), Mestre em Comunicação pela Umesp (SP) e Doutor em Comunicação Social pela PUC (RS).

No capítulo 4, trago as questões secundarizadas e não debatidas pelo jornal. Pontos de interesse público preteridos pelo Correio, e dimensões imprescindíveis para a compreensão deste assunto, como as questões ambientais e aspectos urbanísticos. Diante desses fatos, há no capítulo a discussão teórica acerca dos critérios de noticiabilidade e as formas de agendamento dos fatos, a partir das teorias do jornalismo presentes na obra de Mauro Wolf (1995).

Por fim, o capítulo 5 traz exemplos de maneiras como outras mídias abordaram o assunto do Setor Noroeste, com o intuito de explicar que os vieses assumidos pelas diferentes mídias dependem do contexto – em nível nacional e regional -, do tipo de veículo jornalístico e dos interesses particulares de cada um deles.

O que é interesse privado e o que é interesse público? O que é propaganda e o que é notícia? Quais os limites e fronteiras que separam essas variáveis, ou ainda, existem esses limites? São estas algumas das perguntas que motivaram o trabalho que se inicia.

Capítulo 1

O que é o Setor Noroeste

O Setor Noroeste é um projeto de bairro, pensado como o último setor habitacional a ser construído dentro da área tombada de Brasília. Sua localização foi pensada de maneira geograficamente oposta ao Setor Sudoeste. Assim, ele seria construído numa área acima da Asa Norte, próxima ao Setor Militar.

Sua idealização ocorreu nos estudos “Brasília Revisitada 1985/1987”, projeto elaborado pelo arquiteto e urbanista, Lucio Costa, durante o governo de José Aparecido de Oliveira³. O estudo é uma reflexão acerca das características urbanísticas fundamentais do Plano Piloto, em sua concepção e escalas monumentais, e de que maneira a cidade vinha se desenvolvendo até então, com pouco mais de 25 anos de sua inauguração.

Uma das principais alegações para defesa da construção deste bairro pelo atual governo, na figura do governador José Roberto Arruda, é justamente o fato de o Noroeste estar previsto nestes estudos. Porém, há distorções significativas em relação ao que está se propondo e o que foi pensado por Lucio Costa. O primeiro ponto questionável é quanto a esta previsão. Enquanto Arruda adota um discurso de que está concluindo o Plano Piloto, o arquiteto Carlos Magalhães, amigo, sócio e representante de Oscar Niemeyer em Brasília, conta que não foi dessa maneira que se pensou o Noroeste. Magalhães era Secretário de Viação e Obras do DF no governo de José Aparecido, e participou dos estudos “Brasília Revisitada”. Ele explica que os estudos feitos devem ser entendidos em outro contexto, já que o adensamento urbano ocorrido nos últimos 30 anos mudou a forma de ocupação total da cidade. O Setor Sudoeste, por exemplo, tinha uma previsão de construção de apenas seis quadras, e hoje já se encontra em sua terceira expansão, possuindo mais de 44 mil habitantes, segundo levantamento feito pelo Conselho Comunitário do Sudoeste.

Da mesma maneira, Carlos Magalhães explica que Noroeste, ou Asa Nova Norte - como chamou Lucio Costa no projeto original -, foi pensado como um pequeno centro habitacional e, fundamental, que fosse construído quando houvesse necessidade. Necessidade esta que, na opinião do arquiteto, não existe.

³ José Aparecido de Oliveira foi governador de Brasília, nomeado e não eleito, entre 1985 e 1988.

Para sair do embate ideológico, vamos às citações relacionadas ao Noroeste dentro do “Brasília Revisitada”. Primeiramente, Lucio Costa (1985) lembrou que “a implantação de Brasília partiu do pressuposto que sua expansão se faria através de cidades satélites, e não da ocupação urbana gradativa das áreas contíguas ao núcleo original”. Porém, com o crescimento contínuo da cidade, o urbanista entendeu que poderiam, caso fosse necessário, ser construídas mais duas zonas:

E as duas últimas (E e F) visam abrir perspectiva futura de maior oferta habitacional multifamiliar em áreas que, embora afastadas, vinculam-se ao núcleo original tanto através da presença do lago como pelas duas pontes que se pretende construir. Poderiam ser chamadas “Asas Novas” — Asa Nova Sul e Asa Nova Norte. Na implantação dos dois novos bairros a oeste — Oeste Sul e Oeste Norte — foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pavimentos) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto. (COSTA, 1987, pg. 6)

Em seguida, Lucio Costa fala especificamente do Setor Noroeste, ou Asa Nova Norte:

Já na área F, muito mais extensa e com topografia peculiar, a ocupação deve prever Quadras Econômicas ou conjuntos geminados para atender à população de menor renda, e considerar a eventual possibilidade de fixação, em termos adequados, da atual Vila Paranoá. (COSTA, 1985, pg. 6)

Ao contrário do que está para ser construído com o projeto do Setor Noroeste, que terá o metro quadrado mais caro do Plano Piloto – segundo a própria Terracap –, o Noroeste, ou “Asa Nova Norte”, previa, como exposto acima, habitação popular. O intuito era o de aproximar esta faixa da população do centro da cidade, com o objetivo de atenuar o quadro de exclusão periférica que se instalava com o crescimento e surgimento de novas cidades satélites.

Na conclusão do estudo *Brasília Revisitada*, Lucio Costa alerta para a expansão populacional. Ele explica que o contingente deve ser contido afim de que não se percam os princípios sócio-políticos da cidade em sua concepção, “a fim de não desvirtuar a função primeira — político-administrativa — que lhe deu origem. **À Brasília não interessa ser grande metrópole.**” (COSTA, 1987, pg. 9)

1.1 Os três projetos para o Setor Noroeste

O atual projeto, que se encaminha para sair do papel é a terceira versão para o bairro. Antes dele, outros dois foram apresentados, ambos no ano de 1998 durante a gestão do governo de Cristovam Buarque⁴. Porém não foram aprovados. O primeiro foi arquivado, e o segundo pode ser entendido como o esboço de concepção do atual projeto.

A primeira versão do Setor Noroeste foi concebida pelo extinto Instituto de Planejamento Urbano e Territorial do Distrito Federal (IPDF). O órgão era o responsável pelo ordenamento espacial do governo Cristovam e tinha o papel que hoje exerce a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA). O projeto foi dirigido pelo então presidente do IPDF, o arquiteto e urbanista Benny Schvarsberg, e a equipe do instituto.

Este primeiro projeto trabalhava com uma tipologia heterodoxa, que não se limitava ao modelo modernista de Super Quadras do Plano Piloto. Foi pensado com construções de prédios com e sem pilotis, casas e quarteirões que se aproximavam de projetos de cidades e bairros tradicionais. De acordo com Benny, a diversificação era a característica a ser explorada no projeto, que previa imóveis para todas as faixas de renda. O projeto foi recusado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antes mesmo de chegar à Terracap. O argumento da superintendência da 14ª do IPHAN à época, explicitado por Maria Elisa Costa, filha de Lucio Costa, foi justamente o fato de a versão sair do padrão do Plano Piloto. Segundo ela, o Setor Noroeste tinha que ter “o carimbo do Plano Piloto”.

A equipe do IPDF se recusou a fazer outro projeto, segundo o urbanista Benny, por respeito à concepção de Lucio Costa: “No livro *Lucio Costa: Registros de uma autobiografia*, o pai do urbanismo modernista no Brasil, Lucio Costa, afirma que a melhor maneira de preservar uma arquitetura original é criando uma distinta dela. Achávamos que a melhor maneira de respeitar e preservar o Plano Piloto era fazer algo diferenciado”, explica o urbanista.

Devido à recusa, coube à Terracap fazer um novo projeto, de autoria do então Diretor Técnico, Josué Macedo, seguindo o “carimbo do Plano Piloto”, como pedia a superintendente da 14ª Superintendência do IPHAN, Maria Elisa Costa. A versão foi feita nos moldes tradicionais, seguindo a linha das Super Quadras, com prédios em pilotis e

⁴ Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque foi governador de Brasília, entre 1 de janeiro de 1995 e 1 de janeiro de 1999, precedido e sucedido por Joaquim Roriz.

seis pavimentos. Assim como as Quadras Parque do Plano Piloto, o novo projeto já não previa mais a inclusão das faixas mais pobres (Quadras Econômicas) da população. O projeto dessa vez não passou pelo setor responsável pelo gerenciamento ambiental do governo Cristovam, que queria a redução da densidade de habitantes para o Setor Noroeste a partir de um estudo de impacto ambiental. A previsão neste segundo projeto era de uma área habitacional para cerca de 80 mil habitantes.

O governo de Cristovam Buarque chegou ao fim sem definição quanto ao projeto do Noroeste. É importante explicitar que este bairro nunca foi prioridade neste governo.

No terceiro mandato de Roriz na história de Brasília, a partir de 1999, veio então o terceiro e último projeto. Ciente das exigências da época do governo anterior foi realizado um Eia-Rima – Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto sobre o meio ambiente. Há questionamentos quanto à validade deste estudo, já que foi encomendado pela Terracap, uma das principais interessadas na construção do Setor Noroeste, porém, produzido por uma empresa privada.

Assim como este estudo, o próprio terceiro projeto para o bairro foi também terceirizado. A ADEMI – Associação de Empreendedores do Mercado Imobiliário -, pagou ao arquiteto da cidade, Paulo Zimbres, para que ele desenvolvesse um novo projeto urbanístico, nos moldes do segundo projeto, e o ofereceu gratuitamente ao governo do DF, via Terracap. A doação foi feita pelo atual vice-governador, Paulo Octavio Alves Pereira, então da ADEMI-DF, na gestão 1997/2003. Vale destacar a participação de José Roberto Arruda, que era, então, o Secretário de Obras do governo Roriz. Por fatores de prioridade de governo, Roriz aprovou, mas não implementou o projeto.

Em outubro de 2006, Arruda é eleito em primeiro turno governador de Brasília com a promessa de implementar o Setor Noroeste, que, de fato, vem sendo uma das prioridades de seu mandato.

Por último, como registro, vale destacar uma incongruência baseada na lei, e, mais ainda, uma contradição que ocorre. Em 1999, o então senador Arruda aprovou, em 23 de fevereiro de 1999, no Senado Federal, o projeto de lei PLS 34/1999 – Sobre o Parcelamento do Solo Para Fins Urbanos no Distrito Federal. Nele, Arruda garante que o Parcelamento de Solo Urbano, ou seja, projetos urbanísticos são de “competência, iniciativa e exclusividade do poder público”. O que significa que a Terracap não poderia aprovar, e sequer aceitar, o projeto doado pela entidade privada ADEMI.

Resumindo, o governador José Roberto Arruda está implementando um projeto que vai contra a lei que ele aprovou.

Este estudo acerca da história dos projetos teve o objetivo de contextualizar o leitor, já que a compreensão dos discursos compreende relações entre a língua, a linguagem e o entendimento dos processos sociais históricos em que os sujeitos estão inseridos.

Capítulo 2

A influência da publicidade no jornalismo

Generalizar as relações sociais urbanas em contextos econômicos já foi algo mais difícil de se fazer. A partir de estudos com base no materialismo dialético marxista⁵, Marshall (2003) foi enfático ao afirmar que o fator econômico tem sido fonte propulsora de todos os fenômenos sociais.

O jornalismo, participante dessa esfera social, tornou-se, no mundo contemporâneo, apenas mais um dos instrumentos capturados, como diriam Deleuze e Guattari (1980), pelo capitalismo. A ferramenta principal de captura, neste caso, é a publicidade. O jornalismo transformou-se, acima de tudo, em produto final de empresas privadas que visam, como toda empresa privada, o lucro, que vem majoritariamente pela publicidade. O Correio Braziliense, maior jornal comercial de Brasília, não escapou desta realidade, como afirma Marshall (2003):

Mais que captadoras de informação, as empresas jornalísticas são captadoras de receitas. E submetem a linha editorial a essa imposição. Não desagradar a ninguém e, de preferência, agradar a todos. (MARSHALL, 2003, pg. 111)

A afirmação faz coro com as idéias fundamentadas na teoria crítica frankfurtiana. Jürgen Habermas (1988) defende que a principal maneira de perceber a(s) ideologia(s), que ele chama de “formas de consciência”, se dá a partir de suas propriedades genéticas, logicamente num sentido não-biológico:

“As formas de consciência (ideologias) são expressão da posição de classe daqueles que a mantêm, isto é, porque a origem pode ser investigada nas experiências particulares de uma classe particular da sociedade com suas percepções, interesses e valores característicos”. (HABERMAS, 1988, pg. 35)

Dessa maneira, entendendo a dependência do jornalismo contemporâneo, mantido majoritariamente pela publicidade, torna-se mais fácil perceber algumas das linhas ideológicas dos jornais comerciais. Seria simplista se eu aqui afirmasse que o que

⁵ O alemão Karl Marx, 1818-1883, indicou em seus estudos um conceito que permeou todo o seu pensamento: O materialismo dialético. O conceito era o pressuposto para a compreensão da sociedade, pois acreditava que as relações sociais eram inexoravelmente ligadas às forças produtivas.

determina a política editorial é unicamente a relação existente com a publicidade. Mas seria, da mesma maneira, ingenuidade se eu desconsiderasse a força econômica da área publicitária como se não fosse um objeto, de certa maneira, coercitivo dentro dos jornais.

Abaixo uma folha inteira, página 27 do caderno Cidades do dia 03 de março de 2008:

Na propaganda, 107 empresas imobiliárias com os dizeres: “Faça como estas empresas, venha fazer parte desta parceria que está movimentando o mercado de imóveis” .A parceria movimenta não só o mercado de imóveis como o próprio jornal, graças ao apoio financeiro.

Segundo informações da área comercial do Correio, este anúncio custou R\$ 45.988,80.



Fonte: Cedoc

2.1 O Chamariz Publicitário

O pragmatismo de Marshall, no sentido de não hesitar fazer uma afirmação tão contundente como a descrita na introdução deste capítulo, leva à reflexão sobre a integridade jornalística. Até onde pode ir o interesse privado em detrimento do interesse público numa notícia? Como questionei na introdução deste trabalho, quais os limites e fronteiras que separam jornalismo e publicidade? Ou ainda, existem esses limites?

De acordo com Marshall (2003), o muro que separava o jornalismo da publicidade caiu, e a transgenia entre os dois campos pode ocorrer em diferentes categorias, escalas e proporções. Uma delas é a categoria do “Chamariz”, na qual a linha editorial funciona de modo a atrair o capital privado específico, transformando a notícia em isca mercadológica. Ele diz que “[...] algumas organizações jornalísticas chegam a produzir e publicar repetidas notícias acerca de um fato econômico ligado a um ramo empresarial, buscando constranger estas para que anunciem em suas páginas, como retribuição dos serviços prestados.”.(Marshall, 2003, pg.136)

A lógica acima pode ser discutida contexto do Correio Braziliense, ligado à veiculação de propagandas do ramo imobiliário. O Setor Noroeste é, de fato, uma pauta pertinente. Merece atenção e agendamento, mas a partir do momento em que uma quantidade considerável de matérias é produzida ao longo de um ano, sempre na mesma perspectiva, apontando datas e especulações sobre o valor do metro quadrado, pode-se inferir identificação da cobertura do jornal sobre este fato como sendo desta categoria.

Das 38 matérias veiculadas sobre o Setor Noroeste, em um ano, 10 apresentaram a repetição quase que completa do seguinte parágrafo: “Especialistas estimam que o metro quadrado custará, em média, 6 mil reais. Assim, uma área de 100 metros quadrados custará cerca de 600 mil reais”.

A primeira vez apareceu em 08 de março de 2008, na primeira matéria estudada. A última, dentro do período analisado, foi no dia 15 de janeiro de 2009. A estrutura desta informação foi sempre a mesma: especialistas nunca citados, o valor de 6 mil e a proporcionalização para uma área de 100 metros quadrados. As exceções foram nas matérias de 26 de agosto de 2008 e do dia 15 de janeiro de 2009. A primeira teve como título: “Avaliação até o fim da semana”. O eixo foi a discussão dos preços dos imóveis. A jornalista informou que um estudo definiria o preço do metro quadrado até o fim da semana. Enquanto o presidente da ADEMI, Adalberto Valadão, disse haver uma “demanda reprimida por imóveis da classe alta”, o corretor e membro do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), Leonel Alves, deu a dica: “quem quiser morar ou investir no Noroeste deve comprar logo as primeiras unidades colocadas à venda”. Questionado sobre o valor especulado (pelo próprio jornal) de 6 mil reais, Leonel contou que empreendimentos no Sudoeste e no fim da Asa Norte estavam sendo lançados com valores entre 7 e 10 mil reais o metro quadrado.

A matéria, que poderia ter discutido, além da demanda dita por Valadão, os altos valores exigidos, acabou por ter um tom propagandista, pois transmitiu a idéia de que o

metro quadrado não estaria tão caro por 6 mil reais devido aos supostos empreendimentos do Sudoeste e da Asa Norte. Somado a isso, teve a sugestão do corretor para que as pessoas “comprassem já” - como nas propagandas -, um imóvel no Noroeste.

A segunda exceção foi a do dia 15 de janeiro de 2009. Mas também não foi para aprofundar a questão, discutir os limites e parâmetros para preços tão altos (os maiores do Plano Piloto segundo o próprio Correio Braziliense). Na matéria apenas ampliou-se a especulação a partir da opinião de um corretor de imóveis, Luiz Cláudio Nasser, de que o valor do metro quadrado deveria ultrapassar os 8 mil reais. Outra fonte ouvida foi o presidente do Sindicato das Empresas de Construção Civil (Sinduscon), Élson Póvoa, que acreditava que o metro quadrado ficaria em torno de 7 mil reais, “pois os apartamentos terão acabamentos refinados”, disse Élson. Foi apenas a segunda vez em que foram explicitados os “especialistas”, repetidos 10 vezes em quase um ano de notícias publicadas, e mais uma vez não as explicações deram lugar às opiniões.

Apenas como informação, também não dita nas matérias do jornal, o presidente da Comissão de Valores Imobiliários do DF (CMV), órgão responsável por definir os preços dos imóveis, é Frederico Attié. Frederico é filho do gerente de projetos do Noroeste, Luiz Carlos Attié.

2.1.1 Rede de Fontes

Outro aspecto “chamarístico” diz respeito à rede de fontes ouvidas. Das 18 fontes apresentadas, cinco - incluindo a Terracap -, têm ligações com o ramo imobiliário e foram apresentadas 16 vezes em 38 matérias. Apenas o GDF, com oito fontes, foi mais representado. Fontes indígenas, por exemplo, foram apenas três, sendo apresentadas três vezes. Mesmo assim, apenas índios que não representam a comunidade indígena: a índia da etnia Cariri-xocó, Ivanice Tanoné, e o Fulni-Ô, Manoel Pereira.

Estes fatores ajudam a compreender o enfoque dado pelo Correio Braziliense, assim como o interesse que teve o ramo imobiliário em anunciar em páginas do caderno Cidades neste período de um ano de matérias sobre o Setor Noroeste.

2.2 Influência espacial

É considerável o número de páginas do caderno Cidade do período estudado que dividem o espaço entre matérias e propagandas publicitárias ligadas ao ramo imobiliário

e ao GDF, principais interessados na construção do Setor Noroeste. Há casos, inclusive, em que as notícias relacionadas ao bairro Noroeste convivem com a publicidade imobiliária. Segundo Leandro Marshall (2003), deve haver uma sintonia entre as partes:

“[...] pesquisas acadêmicas comprovam que o efeito da publicidade e o crédito que o leitor lhe atribuirá dependem do local onde o anúncio foi exposto e da proximidade deste com a parte redatorial [...] a ordem é criar um clima de harmonia e afinidade entre os anúncios e as notícias, o que possibilita o efeito positivo para os dois lados.” (MARSHALL), 2003, pg.141).

Mesmo que a publicidade não influencie direta e objetivamente no newsmaking⁶, é natural no jornalismo contemporâneo que ocorra, nos veículos e nos jornalistas, uma espécie de autocensura, talvez até inconsciente, no momento da produção da notícia, no sentido de não desagradar aqueles que os sustentam financeiramente, ou ainda potenciais patrocinadores.

Apesar de a publicidade ligada ao GDF ter aparecido em um número razoável de vezes, a imobiliária foi a que mais chamou a atenção. Afirmo que esse tipo de propaganda apareceu em 100% dos dias, excluindo os anúncios nos Classificados, no período que foi entre 1 e março de 2008 e 31 de março de 2009. E a maior anunciante deste setor é da empresa PaulOOctavio, do homônimo vice-governador. Mas busquei quantificar os anúncios imobiliários ligados apenas ao caderno Cidades. Em 360 dias, houve o anúncio de 94 propagandas imobiliárias. Destas, apenas 4 não constavam a empresa PaulOOctavio. Percentualmente, esses números indicam que em 26,1% dos dias, em um ano, houve publicidade imobiliária dentro do caderno Cidades, representando mais de um quarto. O mês com mais anúncios foi junho de 2008, com 28 propagandas em 30 dias, todas da empresa PaulOOctávio. Curiosamente, este foi o segundo mês com mais matérias relativas ao Setor Noroeste, totalizando 8 notícias, atrás apenas do mês de agosto, que teve 10 matérias. Também curioso foi o deslocamento das publicidades, já que, a partir de julho, ocorreram poucos anúncios deste tipo no caderno Cidades. Dos 94 anúncios, 78 ocorreram entre março e junho de 2008, e 16 apareceram entre julho e março de 2009. Isso não quer dizer que as publicidades imobiliárias diminuíram no jornal, elas apenas deslocaram-se para outros cadernos do Correio. Há um revezamento, ao longo do ano, do espaço onde se veiculam

⁶ Termo do inglês utilizado no jornalismo, que diz respeito ao processo de produção de conteúdo jornalístico.

essas publicidades. Só não sei quem faz esta escolha, que pode ser feita pelo anunciante caso peça “determinação” do espaço, o que encarece em 40% a publicidade, segundo a área comercial do jornal.

Todos os 94 anúncios ocuparam, no mínimo, meia página. Um deles, apresentado mais acima neste capítulo, ocupou uma página inteira.

Esta é a tabela de preços para anúncios publicitários relativos aos tipos de publicidade que apareceram no caderno Cidades. As informações da área comercial do Correio Braziliense, responsável pela venda espaço publicitário do jornal:

Colorida	Dias Úteis	Fim de Semana
Meia Página	R\$ 22.994,40	R\$ 34.507,20
Página Inteira	R\$ 45.988,80	R\$ 69.014,40

Fonte: Área comercial do Correio Braziliense

De acordo com estes números, se considerarmos os 93 anúncios de meia página, mais o anúncio de página inteira, e, ainda, que todos os anúncios foram feitos em dias úteis, significaria que o Correio Braziliense lucrou R\$ 2.184.468, apenas com a venda do espaço publicitário para o ramo imobiliário no caderno Cidades, em um ano.

Na página seguinte, dois exemplos do convívio entre notícias acerca do Setor Noroeste e publicidade imobiliária:

Fonte: Cedoc



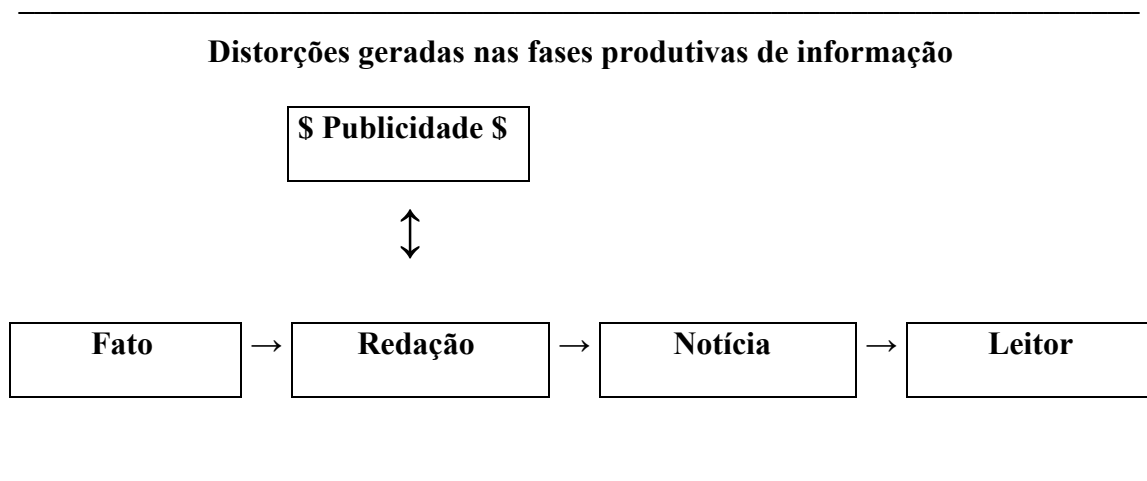
Em ambas, a primeira em 08 de março de 2008, e a segunda, em 19 de junho de 2008, o anúncio ocupa área maior que a própria notícia.

Diante destes dados quantitativos da relação Publicidade Imobiliária x Caderno Cidades, é possível afirmar que há, como disse Marshall (2003), a preocupação em não desagradar e, mais ainda, um esforço em agradar aos anunciantes que tanto bem fazem à saúde financeira do jornal Correio Brasiliense.

Dessa forma, entendo que a sequência nas fases produtivas da notícia do jornal corre sérios riscos de se distorcer, se tomarmos como ideal o jornalismo aprendido, por exemplo, nas faculdades. Nele, o trajeto da informação deve ocorrer, de maneira geral, tendo início no acontecimento de um fato social, passando em seguida para a transformação deste em produto jornalístico pelo jornalista na redação, e, por fim, transmitido ao leitor.

Porém, devido aos fatores extrajornalísticos, condicionados pela lógica financeira, na qual, de acordo com Marshall (2003) “[...]toda a informação está sempre condicionada pelo sistema econômico e cultural que a produz, o que faz com que o

jornal seja no mundo ocidental, naturalmente, um reflexo do modo de produção capitalista” (Marshall, 2003, pg. 41), acredito que a produção jornalística do Correio Braziliense, bem como dos demais jornais comerciais encontra-se a partir da perspectiva abaixo:



O organograma considera em “redação” as subcategorias técnicas existentes dentro do jornal, como, por exemplo, a figura dos editores e diagramadores. A questão fundamental é o fato que as relações comerciais do jornal com os anunciantes afetaram a produção jornalística dentro das redações. Ao mesmo em que os anunciantes interferem no olhar jornalístico, no sentido de influenciar a linha editorial para o que é ou não noticioso, ou, nos piores casos, para o que deve ser notícia, ocorre também a preocupação antecipada das editorias e dos repórteres em não desagradar os anunciantes, percebidos como seus provedores indiretos de salário, e, até mais inconscientemente, de emprego. De acordo com o pesquisador e jornalista turco, Ben Bagdikian (1993):

"[...] é normal que as grandes empresas empreendam esforços sérios no sentido de influenciar as notícias, a fim de não prejudicar a sua imagem e também para maximizar a simpatia da opinião pública a conseguir políticas governamentais favoráveis" (BAGDIKIAN, 1993, apud MARSHALL, 2003, pg. 112).

As diretrizes políticas presentes na linha editorial dos jornais não são determinadas exclusivamente por seus anunciantes. Há um interesse prévio dos mandatários do jornal em priorizar determinados viéses nas notícias, o que atrai certos tipos de empresas, que anunciam mais ou menos no veículo jornalístico. Mas é inegável

a força coercitiva da publicidade, a ponto de ter alguns teóricos, como Marshall (2003) e o jornalista Alberto Dines (2008), acreditarem que o dito Quarto Poder tenha se transferido do jornalismo para a própria publicidade. De acordo com Marshall (2003), um ponto fundamental para esta passagem do bastão do Quarto Poder é que, além de seu amplo espaço físico e simbólico nos meios de comunicação, tem crescido a participação dos empresários da publicidade no comando, não apenas nas organizações jornalísticas, mas em todos os campos da vida pública.

“Cada vez mais, os empresários têm entregado o gerenciamento de suas decisões às estratégias de marketing dos publicitários. Os políticos e os candidatos a um cargo na vida política têm se rendido aos conselhos das agências especializadas. Os artistas e as personalidades passam cada vez mais a ouvir os ensinamentos dos profissionais da imagem. E os governos e os governantes também se tornaram um público fiel à sabedoria moderna desses apóstolos, verdadeiros guias da vida pós-moderna”. (MARSHALL, 2003, pg. 93).

A cobertura do Setor Noroeste pelo Correio Braziliense me pôs a concordar com Dines (2008) e Marshall (2003), pois o tema, de tamanho interesse público para a população de Brasília, se reduziu à rasos debates, a partir de informações equivocadas, num discurso, em minha opinião, explicitamente enviesado para os interesses particulares, tanto do governo do DF quanto para o ramo imobiliário, principais beneficiados pela construção do bairro.

Tais explicitudes do discurso do Correio serão apresentadas a partir de agora, com o estudo da abordagem direta do jornal.

Capítulo 3

Questão Indígena

Desde o início da pesquisa nas matérias relativas ao Setor Noroeste, em março de 2008, o Correio Braziliense não deixou de apresentar a questão indígena como um ponto pertinente do assunto. Mais do que isso, em vários momentos o tema assumiu a posição de protagonista das matérias. Além disso, das 38 notícias estudadas, em apenas sete delas não houve algum tipo de menção ao grupo indígena.

Diante disso, torna-se essencial uma análise aprofundada dos textos relativos aos índios para a compreensão do discurso do Correio Braziliense no contexto do Setor Noroeste. Os personagens envolvidos e as fontes apresentadas, bem como a estruturação dos textos - dos títulos e subtítulos⁷ até as fotos escolhidas -, foram objeto da pesquisa que teve o perpasso de conceitos da análise do discurso, baseado nos estudos de Eni Orlandi (1999), e da teoria crítica frankfurtiana, com destaque para as reflexões de Jürgen Habermas (1988).

Antes de entrar na análise dos jornais, contextualizarei o estudo a partir de um breve histórico da comunidade indígena da Reserva do Bananal, que habita parte área em que o governo pretende construir o bairro Setor Noroeste.

3.1 Histórico do Santuário dos Pajés

O Setor Noroeste irá afetar diretamente o espaço urbano e econômico de Brasília. Mas antes de o projeto para moradia de 40 mil habitantes de alta renda ser implementado e, mas ainda, antes de ser pensado por Lúcio Costa no projeto Brasília Revisitada – 1985/1987, já existia no local do futuro bairro uma comunidade indígena residente. O local é tido como um santuário indígena, chamado Santuário dos Pajés.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 32 indígenas de nove famílias estão no local, vindos do Nordeste do país. O espaço é pluriétnico, já que conta

⁷ Sutiã é um termo utilizado no meio jornalístico para se referir aos subtítulos das matérias de jornal. Funcionam, em geral, como uma espécie de pré-lead.

com índios Fulni-ô, Kariri-Xocó, Korubo, Pankararu e Tuxá. A partir de uma pesquisa de campo e de informações do site oficial, organizado pela frente de luta em defesa dos índios e do Santuário, obtive as informações de que os índios ocupam a terra, localizada na Reserva do Bananal, desde 1969 a partir da chegada dos Pajés Santxiê e Towe, ambos da etnia Fulni-Ô, originária de Pernambuco. Segundo Santxiê, líder da comunidade - que ainda preserva juntamente com seus pares o dialeto original, o Yatê -, eles adquiriram a terra (no valor de 3 milhões de cruzeiros) de “posseiros brancos” e possuem as notificações de propriedades legitimadas pelo cartório do Estado Brasileiro: “O objetivo foi resgatar as terras indígenas ancestrais”, já que afirma que lá residiam os antepassados dos Pajés da nação Tapuia antes da chegada dos colonizadores portugueses. Ao longo dos anos, o local cresceu tornando-se ponto de referência - reconhecido pela Funai e pelo Instituto Americano de Culturas Indígenas Brasileiras (Iacib) -, para os índios que cruzam o país e passam por Brasília. Importantes índios brasileiros como Mário Juruna, Cacique Raoni e Galdino Pataxó, além de estrangeiros como Xectal da etnia Massai do Kênia, Xamã Redcrow dos Dakota dos EUA e Uxiliá da Colômbia, já passaram pelo Santuário.

Dentro do espaço há um templo, que dá nome ao local, chamado Santuário Sagrado dos Pajés – uma casa de oração construída segundo as tradições indígenas, em formato circular. Além das rezas em devoção ao espírito Tupã, ocorrem na reserva do Bananal pajelanças e festas tradicionais como o Toré, festividade em que agradecem ao “Grande Espírito” pela colheita que chega. No espaço, há construções e plantação baseadas em técnicas de permacultura, onde cultivam feijão, milho, verduras e legumes, além de fitoterápicos utilizados em curas. O artesanato e a culinária típica também se fazem presentes no dia a dia do Santuário dos Pajés..

3.2 Abordagem do Correio

Como dito na introdução deste capítulo, desde março de 2008, o Correio Braziliense deu ênfase para a questão indígena, que foi pauta, não necessariamente central, mas participante das matérias em 31 vezes, no período de um ano. O tema indígena assumiu posição central das notícias em alguns diversos momentos, como ocorreu nos textos relativos ao Noroeste ao longo de todo o mês de junho de 2008. Porém, não necessariamente ser pautado como foco principal significa ter voz ou, simplesmente, ser noticiado com qualidade de apuração das informações. A forma como

a questão foi abordada teve um viés bem definido: o da pressão pela saída da comunidade indígena do local destinado ao futuro bairro. Um fato interessante de se ressaltar antes que se inicie aqui a análise efetiva dos textos do jornal é que poucas das informações apresentadas no histórico acima, informações estas conseguidas sem maiores esforços, foram descritas nas 38 matérias em que se abordou os índios. E as poucas apresentadas, apareceram muitas vezes com distorções, como, por exemplo, o número de índios residentes e as etnias presentes na comunidade.

A primeira menção aos índios ocorreu no dia 11 de março de 2008, na segunda matéria relativa ao período estudado no presente trabalho. O título da matéria foi “Noroeste sai em abril”, capa do caderno Cidades. A matéria foi composta por sete parágrafos que consumiram menos da metade do espaço da notícia. Cerca de dois terços foram compostos por duas fotos, uma acima da outra: a superior trouxe o mapa da localização do futuro bairro com a legenda “Onde fica”. A foto inferior era de três crianças indígenas dentro da casa de oração – o Santuário dos Pajés -, com a legenda “Terracap negocia com a Funai a transferência de índios que vivem no Parque Burle Marx”.

O fato mais interessante desta matéria foi observar que, em seu conteúdo textual, nenhuma das três fontes ouvidas, incluindo o governador Arruda, confirmou o anúncio da manchete de que o Setor Noroeste sairia em abril. Enquanto o governador apenas cobrou agilidade no processo e afirmou da necessidade de atender a demanda por moradia – questão esta que será discutida no capítulo seguinte -, a jornalista tentava sustentar a afirmação do título a partir da informação de que o processo da licença ambiental poderia ser concluído em uma semana, fato que se sucedeu apenas em meados de setembro daquele ano. A jornalista não se interessou em aprofundar a informação da fonte ouvida a respeito de tal licença, o Superintendente do Ibama Francisco Palhares, que afirmou que antes do órgão liberar a prorrogação, o GDF deveria resolver a questão do grupo de índios que moram no local. Fato este que até a presente data – mais de um ano após essa declaração -, ainda não ocorreu.

Das informações que dizem respeito aos indígenas, não é explicitada a fonte que afirmou situações discutíveis como, por exemplo, a do período de 20 anos de moradia, que contradiz a informação dos próprios índios, que afirmam a partir de documentos registrados estarem no local desde 1969, ou seja, há 39 anos.

Com relação à legenda da foto superior, seria mais coerente se o verbo viesse no futuro do presente do indicativo, dando a entender onde “ficará”, e não onde “fica” o bairro, já que ele ainda não se encontra no local apresentado pelo mapa.

3.2.1 Antecipação

Qualquer discurso tenta se legitimar a partir da relação do mesmo com outros discursos, que o ajudarão a se sustentar. “Um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 1999, pg.39). Há um recurso utilizado, como uma espécie de pré-texto que tem o objetivo de enviesar o olhar, a percepção do interlocutor no sentido de que o que será dito pelo locutor ganhe sentido antes mesmo de o texto ser desenvolvido. É o mecanismo da antecipação. Orlandi (1999) afirma:

- Todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 1999, pg. 39)

Nesse sentido, voltando à matéria do dia 11 de março, não houve sentido entre a manchete e seu conteúdo, que falou de assuntos relativos a processos burocráticos da construção do bairro, e não ao mês de sua instalação. Acredito que a jornalista responsável, Gizella Rodrigues, procurou internalizar nos interlocutores um fato inverídico com um objetivo não-informativo, e sim especulativo, já que não há fundamentos que corroboram sua afirmação. A jornalista criou um fato, que será consumido pelo leitor antes que este se aproprie da informação apresentada no bojo da matéria. Pelo fato de os índios serem também destaque, mais por conta da foto e menos pelo conteúdo que foi pouco aprofundado, a matéria parece dizer que, mesmo com os moradores indígenas, o Noroeste já é uma realidade iminente.

Ao lado, matéria do dia 11 de março. O título dá o caráter de iminência ao tema, como se o Setor Noroeste já fosse uma realidade inevitável. A foto logo abaixo, com o mapa do local e a legenda “onde fica”, corroboram com este sentido. Em nenhum momento o tema do título, no caso, a data, foi apresentado no corpo da matéria.



Fonte: Cedoc

3.2.2 “A última pendência”

Com a declaração do superintendente do Ibama, Francisco Palhares de que a licença ambiental só seria dada após solução do impasse envolvendo o GDF, representado pela Terracap, e a comunidade indígena, as matérias do Correio Braziliense passaram a reforçar a informação de que a licença ambiental era a última pendência para o Setor Noroeste. Expressões como “última pendência” e “só falta a licença ambiental” apareceram em 10 vezes no período que foi do dia 08 de março de 2008, até 19 de agosto do mesmo ano, dia em que foi concedida a licença ao GDF.

Um exemplo ocorreu em 29 de março de 2008, dia em que a notícia sobre o Noroeste foi chamada na capa do jornal com a manchete: “Agora só depende do Ibama”. A matéria, na capa do caderno Cidades teve como título: “Um passo adiante”. Logo no primeiro parágrafo havia a informação de que as últimas exigências para receber a licença ambiental haviam sido cumpridas. No segundo parágrafo, o carimbo: “A licença ambiental de instalação é a última grande pendência para o setor”. A matéria se contradisse quando, no penúltimo parágrafo, informou que “assim que sair a licença ambiental, o GDF terá que resolver algumas outras pendências, como o grupo de índios

que moram no local”. A jornalista Helena Mader, talvez, tenha esquecido da afirmação do superintendente do Ibama.

Fonte: Cedoc

Matéria de 29 de março de 2008. Mais uma a dividir espaço com a publicidade imobiliária. Na verdade, o espaço ocupado pelo anúncio da parceria entre ADEMI e a companhia Paulo Octávio, do vice-governador, ocupou espaço duas vezes maior que o conteúdo da notícia.



A impressão de “obstáculo” a ser ultrapassado é relacionada aos índios. A pendência, na verdade, é claramente a presença indígena, como afirma a matéria do dia 02 de abril de 2008: “Impasse no Noroeste”, e também na matéria do dia 8 de maio, em que a jornalista diz que “a presença dos índios é um dos principais empecilho à criação do bairro”. Vamos ao primeiro parágrafo da matéria de 02 de abril, feita por Helena Mader e Gizella Rodrigues, responsáveis por todas as matérias veiculadas sobre o projeto do bairro Noroeste:

“Para cumprir o compromisso de vender os primeiros lotes do Setor Noroeste ainda este mês, o governo do Distrito Federal precisa se apressar e vencer uma série de obstáculos. O mais recente deles é a remoção dos índios que ocupam a área do Parque Burle Marx, que será integrado ao setor habitacional destinado à classe média alta brasileira.”

Já de início, os índios são colocados como obstáculo diante de um compromisso maior: o Setor Noroeste. A matéria fala exclusivamente da questão indígena, porém,

nenhum índio ou representantes burocráticos como a Funai são apresentados como fonte. As vozes ouvidas são representantes da Terracap, Ministério Público Federal e Ibama.

Este texto é fundamental para compreensão do discurso do Correio Braziliense, pois a partir dele torna-se mais evidente a postura do jornal, que assume ao longo dos meses que se prosseguem o discurso do governo e passa a criticar, marginalizar e até ridicularizar a comunidade indígena.

3.2.3 Índios Invasores e o trabalho do esquecimento

A lingüista Orlandi (1999) escreve que “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento”, ela explica que a assimilação de um discurso ideológico ocorre justamente quando esquecemos quem o disse, quando e por quê. O Correio Braziliense passou a partir de 17 de junho de 2008, numa construção iniciada em uma série de matérias anteriores, a se referir, por conta própria, aos índios como invasores. O título da matéria, capa do caderno Cidades foi sucinto: *Ação contra invasores*.

A primeira menção relacionada à condição dos índios como invasores ocorre em 8 de abril de 2008, na matéria “Uma nova área para os índios”. Logo no segundo parágrafo o presidente da Terracap, Antônio Gomes – fonte mais ouvida pelo jornal, tendo aparecido 16 vezes -, afirmou: “A construção não vai atrasar pela falta de acordo com estes índios” Mais a frente completou “São invasores de terra pública e o Noroeste é irreversível”.

Após esta afirmação, o Correio aumenta a carga de pressão em cima da comunidade indígena com uma matéria em 08 de maio em que questiona as origens dos índios. Porém o peso maior vem em junho, com uma sequência de matérias de capa no caderno de cidades.

Analiseemos algumas das matérias fundamentais na construção da idéia “índio = invasor”, todas do período de junho de 2008.

Na página seguinte os exemplares e os respectivos sutiãs:

11/06/2008

Ibama garante que a licença ambiental foi concluída e critica índios por insistirem em ficar no local.



13/06/2008

Índigenas se recusam a visitar área reservada para eles pela Terracap. Presidente da estatal diz que permanência no bairro é inviável.



14/06/2008

Terracap vai tratar índios como invasores de terras públicas e promete recorrer das medidas Judiciais para retirá-los.



17/06/2008

Índios rejeitam acordo proposto pelo MP para deixar as terras onde vivem. A Terracap considera que o caso é de Invasão de área pública.



18/06/2008

A resistência de um grupo de índios não impedirá a construção do Noroeste, garante o governador, Arruda. Segundo ele, não existem traços indígenas nas áreas de apropriadas para construir Brasília.



19/06/2008

Terracap diz ter documentos para provar que os índios não têm vínculo histórico com a área onde será o novo setor. A empresa dará início a ações de desocupação.



Fonte: Cedoc

· **11/06/2008:** Na matéria que inicia com a afirmação de que “Falta muito pouco para o Noroeste sair do papel”, o Superintendente do Ibama chama os índios de oportunistas e diz que “É surreal, pois apenas dois ou três índios emperram o processo”. Ele afirma ainda que os índios são ocupantes de área pública”.

Não houve interesse da reportagem em saber que índios são estes ditos por Palhares, nem de ouvir qualquer outro dos habitantes da comunidade indígena. A contraposição fica por conta de Aluísio Azanha, assessor da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai, que diz que aquela terra é indígena, independentemente de ser regularizada ou não, e que a FUNAI irá defender os índios.

· **13/06/2008:** É noticiado que os índios se recusaram a visitar a Fazenda Monjolo, área de 4 hectares no Recanto das Emas, local proposto pela Terracap para transferência da comunidade indígena. Mesmo os índios tendo recusado até mesmo ver a área, a reportagem do Correio decidiu ir à fazenda, e a descreveu como boa e de vegetação abundante. A foto da matéria, inclusive, foi tirada na fazenda. As informações passaram a idéia de um *lobby* do jornal pela área proposta aos índios.

Mais à frente, irritado, Antônio Gomes afirmou novamente: “Eles são invasores de área pública, não vamos permitir em hipótese alguma que os índios permaneçam no local”.

· **14/06/2008:** Além do título “Batalha na justiça”, a notícia foi manchete na capa do Correio com o título ameaçador “Índios tem de sair até terça”. A matéria traz novamente o presidente da Terracap em tons de ameaça. Ele faz a seguinte afirmação: “Se não houver acordo vamos buscar liminar para retirá-los de lá sem direito a absolutamente nada, vamos tratá-los como invasores”.

A idéia da pouca, ou nenhuma, preocupação real com os índios e sim apenas com a aceleração do processo para construção do Noroeste explicitada por Antônio Gomes é contraposta no último parágrafo, que traz o advogado Jomar Alves Moreira, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), que diz: “Estamos preocupados com a garantia dos direitos e da dignidade desses índios. Não é justo retirá-los com toda essa pressa, somente para atender a interesses financeiros. Neste momento, o ideal é que sejam esgotadas todas as possibilidades de negociação”, disse o advogado.

· **17/06/2008:** Na capa do jornal, a notícia foi destaque principal, com a manchete: Índios se recusam a sair do Noroeste. Abaixo o sutiã: “Irredutíveis, os 27

invasores avisam ao Ministério Público que vão brigar pela posse da terra. Decisão atrasa o lançamento do bairro, criado para **abrigar** 40 mil pessoas”.

A oposição dos números 27 e 40.000 passam ao leitor a idéia de contradição e egoísmo por parte dos índios. O texto usa ainda a palavra “abrigar”. No dicionário *Priberam da Língua Portuguesa*, o verbete tem como sinônimos: proteger, defender e agasalhar. Ou seja, de acordo com o Correio Braziliense, 27 índios estão agredindo 40 mil pessoas da classe rica de Brasília, e, ainda, deixando-as desprotegidas e sem teto.

Se gramaticalmente o sujeito da frase dita algumas vezes por Antônio Gomes, no período “Vamos tratá-los como invasores” é oculto, a partir da matéria deste dia, ideologicamente esse sujeito mostra-se bem definido: Ele é composto por GDF e Correio Braziliense. Isso porque o jornal opta por tratar os índios também como invasores sem antes haver qualquer tipo de parecer da justiça que afirmasse os índios como invasores. O Correio assume explicitamente, neste momento, o discurso da Terracap e, conseqüentemente, do governo.

Em contrapartida, foi a única matéria que trouxe uma das lideranças indígenas da comunidade como fonte, o Fulni-Ô, Towe. No tópico “Derramamento de sangue”, em que a repórter afirma que estudantes manifestantes e índios ameaçaram um derramamento de sangue, Towe não diz nada sobre isso. Ele apenas valoriza a terra e, finalmente, há a explicação de o território, para os índios, ser sagrado, e que eles são os “guardadores da floresta e do Santuário”. Apesar da menção aos manifestantes, nenhum foi ouvido pelo jornal.

· **18/06/2008:** Em continuidade com a lógica de apropriação do discurso do governo tomado como verdade, o Correio traz a matéria “Questão de bom-senso”. Nela, o principal protagonista foi o governador José Arruda, que disse que, apesar de defender os direitos dos povos originários, “tem que tomar cuidado para não fazer com que isso vire piada, que é o que está acontecendo”, disse o governador. Em seguida, após chamar os índios de oportunistas, Arruda afirma, dando o tom da matéria proposta pelo jornal aos seus leitores: “Á luz do bom senso, estamos tratando de uma questão ridícula”.

· **19/06/2008:** Em mais uma matéria que divide espaço com propaganda imobiliária, a notícia do título “Há 10 anos, um só índio” traz não uma apuração e pesquisa do Correio Braziliense para fazer essa afirmação, mas uma apuração da Terracap, dizendo ter provas de que só um índio habitava o local há 10 anos atrás. Dessa forma, o jornal manteve sua linha de apropriação do discurso do GDF.

Posso aqui citar, apenas como exemplo, quatro índios que vivem no local há mais de 10 anos, além de Santxiê, que é o índio dito por Antônio Gomes, mas não citado na matéria: Towe e Suyane, ambos da etnia Fulni-Ô, além de Ednalva e Tainã, da etnia Tuxá. Tainã, filho da índia Ednalva com um índio da etnia Pankararu, inclusive, nasceu na própria comunidade indígena.

Partindo do conceito de que a ideologia é função da relação necessária entre linguagem e mundo, é cabível afirmar que ela, ou elas, estarão presentes em qualquer discurso. Pragmaticamente falando, todo discurso apresenta uma ou mais ideologias. Pode-se dizer que o Correio fez uma opção ideológica ao se referir aos índios como invasores, haja vista ser possível diferentes interpretações sobre a condição indígena que se apresentava nesse espaço histórico.

E. Orlandi (1999) afirma que apenas quando o discurso ideológico “passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos “colonização”, que o sentido de “colonização” produz seus efeitos.”(ORLANDI, 1999, pg.49). Da mesma forma, o Correio Braziliense alcançará um objetivo quando, pela memória, já trabalhada pelo esquecimento, o interlocutor reproduzir em sua lembrança, e conseqüentemente, em seus discursos, a concepção de “índio” consecutivamente atrelada à condição de “invasores”. Como se as duas palavras formassem um só signo⁸, sem se recordar nem da matéria e do por que denominou-se os índios dessa forma, nem do jornal, que assim vai construindo no leitor, o que Orlandi (1999) chama de “história de sentidos”.

Esta condição faz sentido quando percebe-se que as notícias acerca do Noroeste não foram fatos isolados, mas uma condição processual que se estende até o presente momento. Não é incabível, portanto, pensar que um leitor regular do jornal tenha internalizado em junho de 2008 a idéia “índio = invasor” e que faça já este pré-julgamento sobre qualquer fato acerca destes índios numa outra matéria lida, por exemplo, em fevereiro de 2009.

Vale dizer que o esquecimento é contínuo, já que a situação de incompletude é intrínseca ao sujeito, à linguagem e aos sentidos, o que é necessário na construção do sujeito enquanto ser social em constantes re-significações, determinadas pelo contexto histórico em que se encontra inserido. O que quer dizer que, em algum outro tempo e

⁸ O signo é um conceito lingüístico, descrito por Ferdinand Saussure, como uma combinação de um conceito com uma “imagem sonora”. Os signos são os responsáveis pela representação das idéias.

espaço, o Correio Braziliense poderá reconstruir um discurso ideológico acerca destes ou de outros índios e, de acordo com seus interesses, tentará internalizar no interlocutor, sempre apto a subjetivar-se em diversos sujeitos, novos sentidos.

Soma-se ainda o fator negativamente simbólico quanto à força da palavra “invasor”. Pareto⁹ (2002) afirma que há palavras que exercem uma espécie de influência mágica sobre a multidão, portanto, o uso dessas, mesmo não tendo um sentido preciso, fazem-se válidas.

O substantivo “invasor”, e conseqüentemente todas suas conjugações, se encaixa no grupo lingüístico dos jornais na categoria das “palavras de efeito”, ou seja, palavras que exercem algum estímulo psicológico atrativo no interlocutor independente do contexto.

No estudo sobre as formas de consciência dentro da Ideologiekritik¹⁰, Habermas (1988) explica que há possibilidades de apoiar ou legitimar discursivamente certas formas de opressão. Numa delas o pensador conceitua que a figuração de mundo pode ser falsa, de modo que essa falsidade, bem como seu funcionamento, não tenham necessariamente alguma ligação inerente:

Nós podemos saber que ela – a figuração de mundo –, é falsa independentemente de saber que ela funciona opressivamente. E podemos saber que ela funciona opressivamente independentemente de saber se ela é ou não falsa. (HABERMAS, 1988, pg. 54).

Esta segunda hipótese vai de encontro ao contexto indígena proposto pelo Correio Braziliense, já que apenas a partir da afirmação do presidente da Terracap, Antônio Gomes, de que os indígenas são invasores, o jornal toma a informação como verdade, isso, como já dito mais acima, sem antes um parecer judicial que confirmasse esta situação.

A condição dos índios como invasores, em parecer judicial, ocorreu. Mas apenas em 27 de novembro de 2008. O Correio, um dos principais incentivadores dessa idéia, tendo trabalhado quase como um porta-voz do governo sobre o assunto, deu a notícia na capa da publicação de 28 de novembro de 2008:

⁹ Os estudos feitos neste trabalho acerca das idéias do sociólogo francês de descendência italiana, Vilfredo Pareto, foram retirados da análise de seu pensamento feitas pelo também sociólogo francês, Raymond Aron, no livro Etapas do Pensamento Sociológico.

¹⁰ Conceito formulado por Habermas, utilizado pelos membros da Escola de Frankfurt para representar uma forma de crítica radical da sociedade e das ideologias dominantes.

A notícia foi destaque. O que chama atenção é a foto colocada logo abaixo: há um conjunto de pessoas, homens e mulheres, brancos, com idade acima dos 40 anos, sorrindo e, alguns, mais ao alto, com as mãos erguidas. A notícia da foto fala do resgate de amizades feito graças ao Orkut. Matéria, no mínimo, questionável para destaque central do jornal. O fato é que, coincidência ou não, essas pessoas tem o perfil consumidor para o Setor Noroeste, e a foto passa a impressão de estar fisicamente atrelada à manchete do bairro, já que, em geral, as notícias de principal destaque vêm acompanhadas por foto.



Fonte: Cedoc

Na matéria do dia, no caderno Cidade, de título “Decisão em favor do Noroeste”, há a informação da sentença: “A juíza Gildete Silva Balieiro, da Vara de Registros Públicos, afirmou em sua sentença que os terrenos foram devidamente desapropriados e que a ocupação indígena é uma invasão de área pública”.

Em seguida há a afirmação de que os índios irão recorrer da decisão, por acreditarem que a área é uma reserva indígena.

Se as razões para se considerar a área como invasão foram amplamente divulgadas, inclusive com pesquisas da Terracap afirmando que há 10 anos havia apenas um índio, os argumentos da comunidade indígena para defesa da área não interessaram ao jornal. No site oficial ¹¹da comunidade, de defesa pela manutenção do Santuário, há a explicação:

“A Constituição Federal de 1988, o legislador no artigo 231, deixa claro que as terras tradicionalmente ocupadas por indígenas não tem nada haver com o passado remoto e sim com o caráter presente

¹¹ <http://www.santuariodospajes.org>

da ocupação. “Os índios estão lá ocupando aquela área desde a década de 1960 e isso tem implicações no presente da comunidade. Eles ocupam tradicionalmente antes da promulgação da carta magna. O direito indígena nesse caso é inquestionável e originário. O que se assiste em Brasília é um cenário de racismo e desinformação que só prejudica a questão. O próprio IBAMA cometeu um erro gravíssimo ao ignorar a presença da comunidade indígena e sua importância na preservação do meio ambiente daquela área”, afirmou o antropólogo Victor Oliveira.” (OLIVEIRA, 2008).

3.2.4 Os índios querem dinheiro?

Além de denominar os índios como invasores, o Correio Braziliense trabalhou repetidamente com outra informação: a de que os índios pediam uma indenização, por meio do advogado do grupo, para sair do local. Primeiro a informação dava conta do valor de R\$ 3 milhões. Em seguida passou para R\$ 74 milhões. O tema não chegou a ser noticiado como assunto principal em nenhuma das 38 notícias. A questão principal são os equívocos da informação, como por exemplo, o fato de que o advogado apresentado, George Peixoto, nunca ter representado a comunidade indígena. Ele representa apenas a índia da etnia Cariri-xocó, Ivanice Tanoné.

Essas informações apareceram 12 vezes, tendo se intensificado a partir do mês de julho de 2008. A primeira matéria “Uma nova área para os índios”, do dia 8 de abril de 2008. A questão veio ao fim da matéria: “Na última quarta-feira, o advogado do grupo, que também é índio, fez uma proposta para a Terracap. Alegou que a permanência das famílias no local é compatível com a proposta do Noroeste. Mas pediu uma indenização de R\$ 3 milhões em espécie, caso o entendimento da estatal fosse diferente.”.

Após esta notícia, as que se seguiram já vinham com o novo valor, de R\$ 74 milhões de reais. A informação se repetiu até a última notícia estudada, em 27 de março de 2009: “Mantidas licenças do Noroeste”. A matéria fala da rejeição do GDF e do Ibama em acatarem a recomendação do Ministério Público Federal, que pediu que as obras fossem paradas para garantir os direitos da comunidade indígena que vive na área. No último parágrafo vem a informação, ainda mais exorbitante, que os índios pediram 75 milhões de reais para sair do local.

O caso que mais exemplifica os equívocos e a falta de apuração do assunto por parte do Correio Braziliense veio na matéria “Negociações perto do fim”, de 8 de agosto de 2008. Após afirmar que existe uma evidente divisão entre as famílias indígenas da

comunidade, o jornal, através da repórter Helena Mader, diz que existe o interesse de algumas das famílias em deixar o local, “mas o restante da comunidade pede uma indenização de até R\$ 74 milhões para sair do local.”, diz a jornalista.

O erro, neste caso, foi grande. Na verdade, os índios dispostos a deixar o local são justamente os que pedem a indenização, e mesmo assim não são todos interessados neste dinheiro. Os que se recusam a sair dizem não aceitar nenhum valor, pois consideram o local como um santuário sagrado.

Os lapsos de informação continuam a partir da fala do Fulni-Ô, Manoel Pereira. Ele diz: “Muitos foram convencidos por advogados a pedir indenizações. Mas eu defendo que a gente mude para a Árie (Área de Relevante Interesse Ecológico), ao lado do Noroeste, ou para o terreno de Sobradinho”. Manoel Pereira, conhecido como Mareval na comunidade, é justamente um dos três índios que entraram com o processo, pelo advogado de Ivanice, George Peixoto, pedindo 74 milhões de reais. Além de Ivanice e de Mareval, a índia Ednalva, da etnia Tuxá, foi a outra a assinar o processo.

Por último, é importante ressaltar que, ao contrário do que disse o Correio, na matéria de 8 de abril, o advogado George Peixoto não é índio.

3.3 Teoria da Repetição

O sociólogo Pareto (1917) faz, no livro “Tratado da sociologia geral”(*Traité de sociologie générale*), um estudo das derivações. De acordo com o sociólogo francês, Aron (2002):

As derivações são os elementos variáveis do conjunto constituído pela conduta humana e seu acompanhamento verbal. Representam, na linguagem de Pareto, o equivalente do que chamamos normalmente de ideologia, ou teoria justificativa. São os diferentes meios de ordem verbal, pelos quais os indivíduos e os grupos dão uma lógica aparente ao que, na verdade, não tem lógica, ou nem tanto quanto os atores gostariam de fazer crer. (ARON, 2002, pg. 641)

O estudo das derivações comporta vários aspectos, por isso, Pareto (1917) categorizou as derivações em quatro classes. A quarta classe fundamenta sua força de persuasão em “provas verbais”. De acordo com R. Aron (2002), “as derivações são obtidas graças ao uso de termos de sentido duvidoso, equívoco, ou que não se ajustam à realidade”(ARON, 2002, 643). Antes de Joseph Goebbels, publicitário de Hitler, Pareto

(1917) já dizia que um dos meios mais eficientes de convencimento do interlocutor se dá pela repetição.

A repetição, ainda que sem o menor valor lógico-experimental, vale mais do que a melhor demonstração lógico-experimental. Age mormente sobre os sentimentos, modificando os resíduos¹. Quando um governo ou alguma potência financeira deseja defender uma medida pelos jornais, quase sempre os argumentos que emprega estão longe de ser os melhores para demonstrar a utilidade dessa medida; usa em geral as piores derivações verbais, de autoridade, e outras semelhantes. (ARON, 2002, pg. 643).

Em diálogo com as idéias de Pareto (1917) presentes na obra de Aron (2002), creio que o Correio Braziliense utilizou-se do recurso da repetição como uma forma de internalizar, nos interlocutores, algumas idéias negativas relacionadas à comunidade índios no contexto do Setor Noroeste. “Índios invasores”, índios como obstáculo e “última pendência” para a construção do bairro, e a acusação do pedido de indenização generalizada para a toda a comunidade, foram informações repetidamente transmitidas, inclusive sem a preocupação por parte do jornal de alterar a estrutura dessas informações. Em geral, elas vinham sempre no mesmo lugar do texto, e até mesmo escritas da mesma forma, com as mesmas palavras.

Além dessas, outras idéias, como a do valor do metro quadrado e a do bairro verde, enquadram-se nesse tipo de estruturação pela repetição, nos textos ao longo de um ano de matérias.

A opção por essa forma de cobertura fez com que outros assuntos ficassem de fora das notícias do Correio Braziliense sobre o Setor Noroeste. Fatos que poderiam e deveriam ter sido pautados, devido aos aspectos de interesse público que os permeavam. O que não foi notícia no jornal, no período desses 360 dias de análise, é o que será discutido no próximo capítulo.

Capítulo 4

Setor Noroeste no Correio Braziliense: o que não foi notícia

A análise do discurso, segundo Orlandi (1999) “[...] reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 1999, pg. 16). Porém, é possível enriquecer também a análise a partir da observação do que não foi dito acerca do fato estudado. A lingüista afirma, inclusive, que “[...] há sempre no dizer um não-dito necessário” (ORLANDI, 1999, pg. 82). Para além do que é intrinsecamente não-dito numa frase ou expressão, há fatos sociais inteiros não ditos pelo Correio Braziliense na cobertura sobre o Setor Noroeste.

Perceber o contexto do Setor Noroeste na história, enquanto uma reunião de variados acontecimentos, foi fundamental para a escolha deste objeto, bem como a forma de análise. Por isso, torna-se fundamental transmitir neste trabalho aspectos acerca do Noroeste que, por opção ideológica do Correio Braziliense, ficaram de fora da cobertura. A afirmação de que a opção foi ideológica parte do princípio, primeiramente em concordância com Orlandi (1999), de que não há texto, independente do assunto ou estrutura, que não carregue ideologia(s). Em segundo lugar, pois não há critérios tecnicamente jornalísticos que justifiquem a ausência desses assuntos, haja vista não ter faltado espaço editorial para noticiar assuntos relativos ao Setor Noroeste, já que, em um ano, 38 matérias foram veiculadas. Além da questão espacial, são assuntos pertinentes não apenas para a construção do Noroeste, como também para o futuro de Brasília, e que, inclusive, foram pautados pelo Correio neste período de um ano. Porém, pautados fora do contexto do novo bairro, como por exemplo, o problema da expansão urbana e do adensamento populacional. Em 27 de agosto de 2008, por exemplo, foi publicada a matéria “Os perigos do inchaço da capital”, em que o próprio jornal alerta para os perigos da expansão urbana e abre espaço para um artigo de Oscar Niemeyer, que diz ser “contra essa idéia absurda de criar novas áreas urbanas na cidade”. Não há citação ao Noroeste, apesar de ter sido publicada uma matéria sobre o bairro um dia antes.

Além deste, pontuo ainda dois temas ignorados pelo jornal: a discussão referente à demanda habitacional, e ainda aspectos ligados ao impacto ambiental e, dentro disso, a denominação do Setor Noroeste como Ecovila.

4.1 A demanda habitacional

O projeto do Setor Noroeste prevê habitação para cerca de 40 mil habitantes. Na segunda matéria estudada, em 11 de março de 2008, que teve o profético e equivocado título “Setor Noroeste sai em abril”, há uma aspas do governador Arruda em que ele diz que “é preciso atender a demanda por moradia dos brasilienses”. A questão, no jornal, se inicia e é encerrada apenas com esta colocação. Meses mais tarde, em 19 de agosto de 2008, na matéria “Liberada licença do Noroeste”, a mesma jornalista da matéria acima, Helena Mader, ouve do presidente da ADEMI (Associação de Empreendedores do Mercado Imobiliário), Adalberto Valadão, que é grande a demanda por imóveis para a classe média. Valadão é fonte outras duas vezes, para praticamente repetir o que já tinha dito. Uma em 29 de novembro e outra em 14 de janeiro de 2008, para afirmar, novamente à jornalista Helena Mader: “O mercado de imóveis está há mais de uma década esperando o Noroeste. Há uma grande demanda da *classe A* por moradia”.

O Correio Braziliense não quis, ou perdeu a oportunidade de aprofundar este assunto, onde descobriria que as informações passadas pelo governador e pelo presidente da ADEMI são discutíveis se considerarmos dados oficiais com respeito ao tema da demanda habitacional do DF. Até 2003, o déficit habitacional de Brasília era de 109.895 moradias. Sendo que a ampla maioria da demanda, 83,3%, era para famílias que ganham até cinco salários mínimos. Outros 11,4% do déficit era para famílias que ganham entre cinco e dez salários mínimos. O restante, 5,9%, são referentes às famílias com renda superior a 2 mil reais. Os estudos são da Fundação João Pinheiro¹² (FJP). O estudo ainda especifica que a maior parte do déficit habitacional do Distrito Federal atinge pessoas com renda mensal inferior a três salários mínimos. São 79.252 famílias sem imóvel e sem condições apropriadas de moradia, o equivalente a 74,4% do déficit.

Considerar apenas estes dados já seria suficiente para perceber que a previsão de 40 mil habitantes para o Noroeste, das faixas de renda mais alta, encontra-se em descompasso com a realidade, já que abrigaria, caso todas as famílias com renda superior a 2 mil salários mínimos comprassem imóveis no bairro, 6.484 mil pessoas. Porém, o caso torna-se ainda mais evidente quando somamos à estes dados o fato de que, segundo dados da mesma FJP, em 2003 haviam 53.810 mil imóveis vazios no DF.

¹² A Fundação João Pinheiro é um órgão técnico do governo de Minas Gerais. A pesquisa utilizada foi encomendada pela área de habitação do governo federal, e respondeu à números a respeito das questões ligadas ao déficit habitacional de todo o país, em 2003.

Por último, indo de encontro ao discurso de Lucio Costa no *Brasília Revisitada*, que dizia que os bairros Sudoeste e Noroeste deveriam ser construídos apenas quando houvesse necessidade, e em descontrao com o discurso do GDF, que afirma nas propagandas do Setor Noroeste e na matéria do dia 23 de julho de 2008 do Correio, que “[...] finalmente projeto de Brasília estará completo [...]”, há o fato de o próprio Plano Piloto ainda não se encontrar completo. Há dezenas de projeções vazias destinadas a prédios residenciais, especialmente Quadras da Asa Norte. A SQN 207, apenas como um exemplo, encontra-se desocupada, sem nenhum prédio. E o projeto urbanístico desta Quadra prevê a construção de 11 (onze) blocos residenciais, que poderia abrigar uma população de cerca de 2 mil moradores.

4.2 Aspectos Ambientais e a denominação de Ecovila

Uma característica do Setor Noroeste, ressaltada por mídia e governo que vem chamando a atenção da população, é a concepção do projeto a partir do conceito ecológico de bairro verde e, mais do que isso, sua denominação como a primeira Ecovila do país.

Diversas matérias do Correio trouxeram, não o aprofundamento ou debate da concepção “verde” do bairro, mas parágrafos mecânicos com as mesmas informações, repetidas ao longo de um ano dentro de matérias com outros temas julgados prioritários pelo jornal. Um exemplo vem na notícia do dia 13 de junho de 2008, com o título: “Acordo com índios mais difícil”. O conteúdo fala unicamente das dificuldades entre governo e indígenas que moram na área prevista para o Noroeste em chegar um acordo. Porém, o último parágrafo, como se flutuasse no texto, traz a informação: O bairro será ecologicamente correto, com captação de luz solar e destinação específica do lixo”. Em 29 de novembro de 2008, na matéria “40 milhões para o Noroeste”, a mesma informação, novamente no último parágrafo, nos mesmos moldes: “O Noroeste já é considerado o primeiro setor verde do DF. Haverá placas de captação solar para geração de energia, além de recolhimento de lixo por um sistema a vácuo. Outro diferencial é a proximidade com o Parque Burle Marx, que terá pistas de *cooper* e ciclovias, em meio a extensas áreas verdes”. Se moradia próxima à parques caracterizasse a habitação como bairro verde, já teríamos alguns desses na cidade, inclusive na Asa Norte, como por exemplo, a SQN 214, localizada em frente ao Parque Olhos D’água.

Alias, o Parque Burle Marx, que será construído próximo ao Noroeste, foi tema de central de uma notícia no caderno Cidades, no dia 4 de agosto de 2008, com o título

“Presente verde”. A matéria foi escrita pela mesma jornalista das matérias relativas ao Setor Noroeste, Helena Mader. O conteúdo do texto associa o parque, a todo tempo, ao Noroeste. Diz que será ao lado do bairro e que poderá ser visitado diariamente por 10 mil pessoas. De acordo com Ênio Dutra, gerente do projeto do parque, “[...] a idéia principal da unidade era reduzir o impacto ambiental da construção do Setor Noroeste – uma das principais exigências para a liberação da licença ambiental”. A jornalista então conclui que “[...] diante da necessidade criar a nova área (Setor Noroeste), o governo resolveu desenvolver um novo ponto turístico para a capital.”. E finaliza a matéria com aspas do vice-governador, Paulo Octávio, que afirma: “Brasília tem a característica de preservar o verde e, assim, dar qualidade de vida às pessoas e às próximas gerações. O parque que estamos fazendo tem compromisso com o futuro”.

Como análise, a idéia que o texto passa, em acordo com o título, é que este “presente verde”, que preservará a natureza de Brasília, virá graças à construção do Setor Noroeste, que é uma necessidade, como afirmou a jornalista, do DF.

Outro ponto deste apelo permanente ao argumento ambiental é sua utilização como justificativa compensatória que previne e torna-se “imune” a qualquer crítica no final das contas: o jornal afirma estar difícil o acordo com os índios, mas em compensação o bairro será verde; o Noroeste será socialmente excludente, os imóveis serão de alto padrão, voltado para as classes altas, mas em compensação o bairro será verde. São demonstrações de como o Capital¹³ e Mercado Imobiliário se apropriaram do discurso ambiental, e como o Correio Braziliense repercute essa lógica apropriativa do que é, supostamente, politicamente correto.

4.2.1 Licença Ambiental

Ao mesmo tempo em que as características do bairro foram repetidamente apresentadas, como virtudes indiscutíveis, houve também destaque para a necessidade da licença ambiental. Como em outros momentos, houve a repetição de uma informação sem aprofundamento, que dizia sempre que, para o Setor Noroeste sair do papel, faltava apenas a licença ambiental. Esta informação, além de parcialmente equivocada, já que ainda faltava a apresentação dos projetos de saneamento e outras infra-estruturas, veio num tom de campanha e de pressão em cima da comunidade indígena a partir do

¹³ Conceito marxista homônimo à principal obra do pensador alemão Karl Marx. O conceito, extremamente amplo, foi utilizado acima para descrever o sistema sócio-econômico em que estamos inseridos: o capitalismo.

momento em que o Ibama, através do Superintendente, Francisco Palhares, disse que o órgão só daria a licença após solução do impasse com os índios.

Dessa forma, o jornal desviou o foco ambiental para essa questão política, em detrimento do fato de que o bairro será construído em cima da última área de Cerrado nativo do Plano Piloto, e dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA). As informações são do próprio Ibama. O Correio Braziliense chegou a veicular a informação no dia 8 de março de 2008, na matéria “Noroeste mais próximo”, em que afirmou: “O governo federal que libera o início das obras porque a área do Noroeste está dentro da APA (Área de Proteção Ambiental) do Planalto Central, de responsabilidade do Ibama”. Porém, o jornal encerrou o assunto no ponto final desta frase e não voltou mais ao tema. Alheios ao esquecimento do jornal, urbanistas, ambientalistas e ativistas da cidade preocupam-se com a questão. Segundo um especialista, que se manteve anônimo em matéria publicada no dia 29 de janeiro de 2009, no Centro de Mídia Independente, a área de implantação do empreendimento “[...] se encontra situada na bacia de drenagem do Lago Paranoá e na zona de amortecimento do Parque Nacional. A impermeabilização do solo (70% de 156 ha) e a retirada da cobertura vegetal do local aumentariam o aporte de sedimentos para os tributários do Lago (Ribeirão Bananal e Córrego do Acampamento) e diminuiria a infiltração de água, o que pode afetar o micro clima da cidade e a integridade dos mananciais da Bacia.” O especialista afirmou ainda: “Uma cidade já tão afetada na época da seca não pode ter mais este agravante.”.

O professor da faculdade de arquitetura e urbanismo da UnB, Frederico Flósculo, fez coro às informações acima, no artigo “O Setor Noroeste e sua falácia de projeto ecológico”, publicado na Agência UnB, em 10 de fevereiro de 2009. Flósculo alertou para o fato de que o setor será construído em cima de um dos maiores aquíferos do DF, “uma grande reserva de água potável, que inclui uma rica trama de lençóis freáticos, que abastece o próprio Lago Paranoá e faz parte do sistema hídrico da região”. O professor lembrou ainda que os apartamentos terão custo muito superior ao que o conceito de empreendimentos verdes pede, que se encontra na faixa de \$ 500 dólares o metro quadrado, distante do valor entre sete e oito mil reais previstos para as construções do Setor Noroeste.

4.2.3 O conceito de Ecovila

O Correio não noticiou ou sequer utilizou a denominação oficial do governo para o novo bairro: Noroeste – Ecovila. O maior empreendimento imobiliário urbano em andamento no Brasil, segundo o GDF, ganhou este nome graças às características embutidas em suas construções habitacionais. Segundo o governo, o bairro priorizará tecnologias limpas e inteligentes, como a coleta de lixo por sistema de sucção à vácuo e captação de energia solar, além de armazenamento de água das chuvas a ser reaproveitada.

Sem dúvidas, a preocupação ambiental tem seu mérito, por menor que seja. O que não significa que escape das críticas no próprio contexto ambiental. O primeiro ponto é o fato, já discutido mais acima, que anunciam um método de implantação que prevê a promoção de desmatamento prévio para posterior conservação do que restar, método este questionado por ambientalistas do Fórum das ONG's ambientais do DF. Diante dos dados concretos sobre a real demanda habitacional apresentados mais acima neste capítulo, eliminam-se possíveis contra-argumentos acerca da necessidade dessa construção.

Em segundo lugar, há a questão da apropriação do discurso verde e do conceito de “Ecovila” por parte do governo. É no mínimo questionável a relação que se faz entre o fato de ser o maior empreendimento imobiliário em construção no Brasil, e que este seja um empreendimento ecológico. Atrelado a isso, o fato de os órgãos do governo justificarem o encarecimento do metro quadrado, previsto para ser o mais caro de Brasília, justamente pelo fato de ser um bairro ecológico.

O GDF afirma que o investimento vale a pena por se tratar de uma Ecovila. Este conceito, porém, refere-se a um tipo de assentamento humano sustentável que envolve, além de técnicas em bioconstrução, processos de desenvolvimento e entendimento comunitário que ultrapassam a questão da moradia para chegar ao campo da construção de novos paradigmas políticos e ideológicos acerca da inserção do indivíduo no planeta e de sua importância no todo. Esse conjunto de processos é chamado de “pegada ecológica¹⁴”, caracterizado pelo somatório das atividades humanas que deve chegar ao menor coeficiente possível de danos ao meio-ambiente, incluindo o bom convívio entre os participantes.

¹⁴ O termo é uma tradução do inglês “ecological footprint”, registrado pela primeira vez pelo ecologista e professor canadense William Rees, no livro *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*. A partir de então o conceito “pegada ecológica” se disseminou entre ambientalistas de todo o mundo.

Sobre este último ponto, a cultura de gestão das Ecovilas é bem específica. De acordo com artigo “¿Qué es una Ecoaldea?”, publicado no site¹⁵ do Instituto de Permacultura, Ecovilas e Meio Ambiente (IPOEMA), Robert Gilman, em seu livro, *Ecoaldeas y Comunidades Sustentables* (1991) afirma:

“Con escala humana, se refiere a que el tamaño ideal de una Ecoaldea debe ser sólo tan grande, que de lugar a que los habitantes de la comunidad se conozcan entre sí. Donde cada miembro de la comunidad se sienta capaz de influenciar la dirección que la comunidad tome.” (GILMAN, 1991, apud, ENA, 2009)

Em diálogo com essas informações, Mônica Passarinho, bióloga e ativista do IPOEMA, explica que os processos de tomadas de decisão e resolução de conflitos nas Ecovilas, chamados de “estrutura invisível”, devem ser feitos na base do consenso entre os participantes.

As Ecovilas prevêm também a produção coletiva, em escala local, de alimentos orgânicos.

Com relação às construções, prioriza-se a utilização materiais alternativos de construção, menos impactantes ao meio ambiente, como os tijolos ecológicos feitos de adobe, telhado verde, à base de barro e coberto com vegetação para drenagem e impermeabilização.

A parte de saneamento das Ecovilas não envolve o esgoto, considerado um dos sistemas de maior degradação ao meio ambiente. O tratamento dos dejetos ocorre através da utilização dos banheiros secos, que reutilizam a matéria orgânica do processo, transformada em fertilizante natural. Esses banheiros são chamados de secos por não utilizarem água, substituída pela serragem.

De todas as características que envolvem os processos da vida nas Ecovilas, apenas dois ressaltados são previstos no projeto do Setor Noroeste. Um é referente ao uso de fontes de energia renováveis, a partir da captação solar e do reaproveitamento da água da chuva. O segundo é quanto à utilização de transportes alternativos. Ainda que as Ecovilas priorizem completamente transportes como a bicicleta, transportes coletivos e o incentivo da carona, o Noroeste anuncia a promessa, em suas intenções de projeto arquitetônico e urbanístico, de, ao menos, garantir o espaço para as bicicletas e das vias exclusivas aos ônibus.

¹⁵ http://www.ipoema.org.br/interna_e_02.htm

Para Mônica Passarinho, esses requisitos não garantem ao Noroeste a alcunha de Ecovila. A bióloga ressalta que apenas o fato de um bairro, sem necessidade real, ter sido construído em área verde, e, mais ainda, uma área de proteção ambiental (APA), já é fato suficiente para que o bairro esteja fora do conceito de Ecovila. Além disso, ela afirma que as formas, segundo ela ultrapassadas, de gestão política permanecem as mesmas, já que não há previsão de um sistema de organização comunitária, gerido e planejado pelos próprios habitantes do futuro bairro.



4.3 Agendamento e enviesamento da perspectiva das notícias

A compreensão das razões de uns fatos serem notícias e outros serem descartados é objeto freqüente nos estudos de jornalismo. Uma das concepções mais utilizadas para explicar a inclusão e a exclusão de assuntos é a hipótese da Agenda Setting.

O agendamento das notícias não é determinado apenas pela escolha hierárquica de fatos sociais pertinentes. São também fundamentais os critérios de noticiabilidade baseados no contexto em que o jornal quer transmitir a informação no intuito de construir uma realidade específica. Wolf (1995) explica o sentido das estruturas valoriais a partir de um exemplo de campanha política:

Insistindo, dia após dia, no tema do desemprego, enquanto omitem o da integração racial, os mass media colocam o desemprego no vértice da agenda da campanha e relegam para último lugar a integração racial. O efeito pode ser decisivo: uma eleição disputada com base no tema do desemprego será muito diferente de uma disputada com base no tema da integração; (WOLF, 1995, p. 135).

Da mesma forma, apresentar o Setor Noroeste a partir da concepção de “bairro verde”, chamá-lo de ecologicamente correto, e ainda se alimentar de um embate entre governo do DF e “índios invasores”, como denominou o Correio Braziliense, terá um efeito no interlocutor. Este efeito seria outro, por exemplo, de uma cobertura que optasse por apresentar o projeto do Setor Noroeste a partir de uma discussão de

impactos urbanos e ambientais com a participação de especialistas. Ou mesmo uma cobertura que apresentasse o embate entre GDF e indígenas, mas com apuração qualificada e uma rede de fontes equilibrada, especialmente no que diz respeito às fontes defensoras da causa indígena, já que as lideranças da comunidade do Santuário dos Pajés, como Santxiê e Towê, não participaram do debate midiático. Por outro lado, os líderes do projeto e do governo, como o presidente da Terracap, Antônio Gomes, e o próprio governador Arruda tiveram amplo destaque e voz ao longo do período estudado no presente trabalho.

A ampla participação institucional apresentada a partir da rede de fontes utilizada nas matérias sobre o Setor Noroeste é uma característica explícita da opção de cobertura jornalística escolhida pelo jornal. Esta opção, muitas vezes, é determinada por pessoas ausentes do campo jornalístico profissional.

O problema é que o contexto organizacional da instituição jornalística contemporânea, enquanto empresa capitalista reduz a participação *Gatekeeper*, como o encarregado em selecionar e sistematizar as matérias baseado em critérios técnicos de noticiabilidade, graças à ampliação de exigências e restrições extrajornalísticas. O controle social nas redações é uma das formas de manutenção da linha editorial (política) dos jornais:

“[...] essa linha, raramente explicitada e discutida, é apreendida <<por osmose>> e é imposta, sobretudo, através do processo de seleção dos jornalistas no interior da redação. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores. Breed distingue seis motivos que incutem conformidade à orientação do jornal: a. a autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de dever e estima para com os superiores; c. aspirações à mobilidade profissional; d. ausência de fidelidades de grupo contrapostos; e. o caráter agradável do trabalho; f. o fato de a notícia se ter transformado em valor. (WOLF, 1995, p. 163)

A reunião dessas características, então, afasta o jornalista do ideal social inerente à profissão, para transformá-lo no tipo ideal weberiano de homem burocrático, que é aquele que irá orientar suas ações a partir dos olhos alheios e, a partir deste entendimento, deverá obedecer às ordens de modo que quanto menor for seu questionamento, melhor profissional será.

Marshall (2003) reforça essas características do jornalismo contemporâneo a partir da sua concepção de Agenda Setting:

“Os meios de comunicação, mediante suas hierarquias e seus critérios de noticiabilidade, lingüísticos ou políticos, medeiam e filtram os acontecimentos de acordo com as intenções, ideologias ou seus interesses. Os fatos do cotidiano são escolhidos em uma seleção subjetiva e trabalhados a favor do sentido preferencial dado pelo meio. No fim, os dados acabam passando por uma codificação sempre dirigida, o que conduz o consumidor a uma interpretação extrajornalística.” (MARSHALL, 2003, pg. 39).

Essas condições fazem com que as formas de jornalismo comercial possuam, em quase todas as empresas, uma estrutura parecida. Porém, cada uma, apesar de terem um interesse em comum, o financeiro, elas possuem, por serem empresas particulares, interesses políticos e ideológicos específicos de acordo com o contexto. Essa é uma das razões para que tenhamos, às vezes, diferenças de eixo quanto às coberturas jornalísticas de um mesmo tema em variados veículos jornalísticos. Se um destes veículos for não-comercial, então, as diferenças de enfoque tornam-se ainda mais evidentes. Este será o assunto apresentado no próximo capítulo, com a análise de outras abordagens acerca do Setor Noroeste.

Capítulo 5

Outras abordagens

Como qualquer fato social, dentro do conceito durkheimiano de que “fato social é toda maneira de fazer, suscetível de exercer uma coerção externa ao indivíduo”, o Setor Noroeste é formado e afetado por mais de uma variável. Apenas esta característica já seria suficiente para que diferentes interpretações e pontos de vista acerca do tema fossem possíveis. Neste caso, a gama de forças atuantes correlacionadas é de uma ordem considerável: índios, políticos, empresários do ramo imobiliário, além de representantes burocráticos e civis.

Isso faz com que, naturalmente, as interpretações sejam múltiplas, transformando o discurso do Correio Braziliense em apenas um diante de vários outros. E. Orlandi (1999) dá conta de que há uma categoria de esquecimento da ordem da enunciação: “Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas¹⁶ que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 1999, pg. 35).

Dessa forma, como um fato social pertinente ao momento histórico de algumas categorias da sociedade, o projeto do Setor Noroeste foi assunto e notícia de outros veículos de comunicação, que abordaram o tema de outras maneiras.

Escolhi três matérias com abordagens diferenciadas em relação ao discurso apresentado pelo Correio Braziliense. O critério de escolha foi o da multiplicidade a partir de pré-conceitos ideológicos que tenho acerca dos veículos selecionados. Foram eles: Agência Brasil – Radiobrás (Empresa Estatal), Centro de Mídia Independente – CMI Brasil (Jornalismo ativista independente) e jornal O Globo (Empresa Privada). Um ponto importante a ser explicado é o fato de nenhuma das matérias pertencerem ao mesmo período estudado do Correio Braziliense – entre março de 2008 a março de 2009. Apesar disso, a distância temporal não chegou a dois meses, para mais ou para menos, com relação ao período citado acima. A questão não afetou a análise, já que não houve mudanças significativas nestes outros meses. Além do que, o mais interessante não é a análise dos conteúdos propriamente descritos abaixo, mas sim a forma como os estes diferentes veículos optaram por apresentar o Setor Noroeste.

5.1 Uma breve descrição dos veículos e análise das notícias

¹⁶ Paráfrase é um conceito utilizado por Eni Orlandi para explicar a atividade de reformulação de textos, palavras ou expressões, que partem de um texto-base.

Centro de Mídia Independente – CMI Brasil

O CMI Brasil, a partir de seu coletivo de ativistas de Brasília vem participando da discussão sobre o projeto do Setor Noroeste e contribuindo na organização de manifestações públicas contra o bairro. Na concepção de seus colaboradores, o projeto atende exclusivamente à especulação imobiliária, pois acreditam que o governo distrital, nas figuras de José Roberto Arruda e Paulo Octávio, possui interesses particulares do campo financeiro. Além disso, outras três questões apareceram com frequência em matérias entre dezembro de 2007 e início de 2009: os diversos editoriais e vídeos publicados no site do CMI¹⁷ atentam para o impacto ambientalmente negativo, o adensamento urbano problemático, e ainda para a defesa da comunidade indígena. As fontes de destaque foram as seguintes: Frederico Flósculo¹⁸; Carlos Magalhães¹⁹, e José Jorge de Carvalho²⁰.

As matérias do CMI têm como uma de suas características o texto livre. Dessa maneira, regras-padrão do jornalismo convencional como a pirâmide invertida ou a linguagem formal perdem algum espaço, apesar de não deixarem de existir. Além disso, não há preocupação em transparecer algum tipo de imparcialidade, pelo contrário. Segundo Paíque Duques Lima, ativista do CMI-Brasília:

“[...] o Centro de Mídia Independente é contra o princípio da imparcialidade por acreditar que ele não corresponde à expectativa de uma informação objetiva. O site utiliza, na realidade, a parcialidade declarada, de modo que o controle e julgamento da veracidade ou confiabilidade da informação sejam feitos pelas pessoas que lêem”. (LIMA, 2009).

Em 24 de janeiro de 2008 foi publicada a notícia não-assinada “*Brasília ameaçada pela especulação imobiliária*”. Em tom direto, a matéria afirma que povos originários habitaram o local do futuro bairro antes da construção de Brasília, o que segundo o texto, “pode ser evidenciado nos vestígios arqueológicos encontrados no Parque Nacional de Brasília (Água Mineral)”. Em seguida, dá informações acerca da comunidade indígena nunca transmitidas pelo Correio Braziliense, como o plantio

¹⁷ <http://midia independente.org>

¹⁸ Professor e Mestre em arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília.

¹⁹ É arquiteto, foi Secretário de Obras Públicas do GDF entre 1985 e 1989; trabalhou como Coordenador dos estudos da Unesco que tornaram Brasília patrimônio da humanidade; participou dos estudos do “Brasília Revisitada 1985/87” onde foi citado o Setor Noroeste; é sócio de Oscar Niemeyer.

²⁰ Professor do Departamento de Antropologia da UnB, e Doutor em antropologia pela mesma universidade.

sustentável e a manutenção de tradições indígenas no local, como o dialeto Yatê, da etnia Fulni-Ô. No parágrafo seguinte, é explicitada a opinião do autor a respeito do objetivo do projeto do Noroeste, na qual afirma que o bairro se destina não aos brasilienses, mas ao mercado imobiliário, ligado ao vice-governador Paulo Otávio: “Não há motivos para sua construção pois, segundo o IBGE há mais de 53 mil imóveis não ocupados por opção dos próprios moradores. Dado que comprova a forte especulação imobiliária da capital”. O último parágrafo dá a informação de que a Funai já demonstrou ser favorável à preservação da comunidade indígena, e ainda lembra: “A UNESCO, em 1992, declarou a localidade como Área de Proteção Ambiental (APA), e o Brasil assinou em setembro de 2007 a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas que estabelece o direito à terra para as comunidades indígenas.

Agência Brasil – Radiobrás

A Agência Brasil adotou uma postura condizente se optarmos pela compreensão ideológica do papel que deve ter um meio de comunicação público, ou gerido pelo governo federal. O discurso da matéria aproximou-se do que pode-se chamar dentro do jornalismo teórico de imparcialidade, já que a estrutura da matéria foi construída como uma mediação de debate entre a mídia independente - que serviu de fonte através do CMI -, e um representante do governo, no caso o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Cássio Taniguchi. Vale ressaltar que não entro aqui no mérito da imparcialidade.

A matéria de 22 de fevereiro de 2008 teve como título: “*Indígenas reivindicam área no Setor Noroeste como santuário de pajés*”.

O primeiro parágrafo explicou a divergência entre GDF, que quer o Noroeste, e os índios, que reivindicam o local como um santuário sagrado.

Em seguida, a jornalista responsável, Luana Lourenço, toma um vídeo do CMI como fonte, onde são apresentadas as reivindicações feitas diretamente pelos índios e também é mostrada a situação da região, que ainda preserva a mata original do cerrado.

Depois é ouvido o representante da SEDUMA, que afirma ser necessária a remoção dos indígenas pelo fato de não serem nativos do DF. Logo abaixo a jornalista utiliza novamente o vídeo do CMI para mostrar o questionamento dos ativistas com relação ao argumento dado pelo governador Arruda para retirada dos índios, que afirma no vídeo que “[...] a democracia exige controvérsias”.

A jornalista finaliza explicando que uma solução para questão indígena é fator condicionante para que o Ibama conceda ao GDF a licença ambiental de instalação.

O Globo

A opção por trazer uma matéria do jornal carioca O Globo foi com o objetivo de mostrar que, mesmo uma empresa jornalística privada como o Correio Braziliense, é possível construir uma notícia aprofundada em multiquestões, como proporciona o fato do Setor Noroeste. Poderia se argumentar que tal matéria, por ter sido publicada apenas em 27 de abril de 2009, o jornalista já possuía informações suficientes para um apanhado nas questões pertinentes. Mas o fato é que questões aprofundadas aqui, como o conceito de “bairro ecológico” e problemáticas urbanas de adensamento jamais foram levantadas ao longo do ano pesquisado das matérias do Correio.

É inevitável pensar que uma possível razão pela qual a matéria foi aprofundada em questões pertinentes esquecidas pelo Correio pode ter sido pelo fato de o jornal O Globo, politicamente distante do assunto Setor Noroeste, não possuir interesses particulares na questão e, por isso, não se absteve em suscitar polêmicas só percebidas aqui em Brasília a partir do confronto entre mídias. Nunca num único veículo. Ou seja, para perceber que o projeto do Setor Noroeste é controverso, é preciso acompanhar veículos diferentes, como por exemplo, Correio Braziliense versus CMI, ou Jornal de Brasília – que teve discurso praticamente idêntico ao do Correio-, versus Revista Ambiental.

Publicada em 27 de abril de 2009, pelo(a) jornalista Ystatille Gondim, a matéria traz o título “*Primeiro bairro verde começa a sair do papel e gera polêmicas*”. O lead traz as novidades ecologicamente corretas que o projeto do Setor Noroeste traz, como o uso de coletor solar, sistema de recolhimento de lixo por sucção, gás natural e suporte para captação da água de chuva. Em seguida, ainda no lead, há a ressalva de que especialistas questionam a construção pelo fato de o projeto do bairro ser em cima de um lençol freático e de não ter havido um estudo aprofundado do impacto urbanístico e ambiental que poderá haver.

O dois parágrafos seguintes trazem o secretário de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Brasília, Cássio Taniguchi, explicando que o Setor Noroeste irá mudar o conceito de habitação, pois seus habitantes terão de se adequar, a partir de um manual, à

regras ecológicas de conscientização. Ele explica regras ligadas à vegetação, ao lixo, à canalização de energia e ao tráfego viário.

Depois, há um parágrafo que mostra o alto custo do bairro, onde o metro quadrado irá girar em torno de 8 mil reais. Taniguchi e o presidente da Terracap, Antônio Gomes, argumentam que esse custo, cerca de 5% de acréscimo em relação a um projeto de construção padrão, será compensado pela economia em energia e água.

Após toda essa apresentação, a matéria passa a contextualizar o fato para realidade de Brasília a partir do tópico “*Projeto gera divergência entre especialistas*”. O primeiro a falar é um professor da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Luiz Alberto Gouvêa, que explica que “explica que, ainda que o projeto seja não agressivo ao meio ambiente, ele pode vir a causar impactos sobre a cidade, principalmente relacionados ao trânsito e ao solo”. Ele lembra que, por ser uma cidade tombada como Patrimônio da Humanidade, deve haver cautela em sua expansão. Em seguida, o professor Frederico Flósculo, utilizado como fonte também em matérias do CMI, ressalta que o projeto não fez análise de impacto ambiental. O professor também afirma que o bairro será construído em cima de uma grande reserva de água potável que abastece, dentre outros, o Lago Paranoá, o que é perigoso. Ainda segundo Flósculo, as construções previstas terão um preço muito superior ao que o conceito de empreendimentos verdes pede, de US\$ 500 dólares.

Por fim, a(o) jornalista traz a questão indígena, onde explica que há uma comunidade de cerca de 30 índios morando no local e que reivindicam o espaço. Desta vez, a fonte usada foi a Superintendente do Ibama responsável pela concessão da licença ambiental, Maria Sílvia Rossi, que afirma aguardar pronunciamento da Funai para que se possa incluir as necessidades indígenas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Ela finaliza explicando que o Ibama exigiu que 20 hectares da região fossem destinados aos indígenas e que a Terracap irá se responsabilizar pela infraestrutura do local.

5.2 A parcialidade não-declarada

As três matérias apresentaram temas diferentes, tendo o Setor Noroeste como mote para o desenvolvimento dos respectivos conteúdos. É interessante pensar que, ao contrário da parcialidade declarada, expressada pelo ativista do CMI, ocorre também no Correio Braziliense um tipo de parcialidade, mas, neste caso, não-declarada. O que me leva a esta constatação é o fato de que o jornalismo puro, ou imparcial, tem como

princípio a abertura máxima dos debates, sempre que possível, sobre qualquer assunto que seja de interesse público. O Correio Braziliense teve, em um ano, 38 chances de expandir a discussão acerca do Setor Noroeste, mas optou por focar sua cobertura em assuntos específicos, a partir de repetidas fontes e acontecimentos. Se este jornal tenta transmitir imparcialidade aos seus leitores, essa idéia cai com a observação destas outras três matérias.

O Correio não precisa exprimir opiniões explicitamente para se considerado um jornal parcial. O fato de outros três veículos apresentarem visões diferentes sobre os processos que envolvem o Noroeste, visões estas nunca apresentadas no jornal, é suficiente para torná-lo parcial em sua cobertura, já que, aí sim, fez uma opção individual em excluir a pluralidade de opiniões sobre o assunto.

Conclusão

A análise dos discursos jornalísticos contemporâneos apresenta certas dificuldades de compreensão quando passamos uma primeira vista nos mesmos. Isso porque, se não estabelecermos como pressuposto a idéia de Orlandi (1999) de que todo conteúdo é carregado de uma ou mais ideologias e que, por isso, existe, sempre, uma construção subjetiva desenvolvida processualmente pelas mídias, não será difícil acreditarmos que existe uma imparcialidade dos jornais. A forma de escrita jornalística, que impessoaliza o sujeito, dá ao interlocutor a impressão de o jornal ser, de fato, apenas um mediador dos fatos.

Somado a isso, a dificuldade da percepção crítica aumenta, pois, como lembra Noam Chomsky (1988), “esses órgãos criticam com frequência o governo e as grandes empresas, surgindo como supostos representantes da liberdade de expressão e defensores da comunidade” (CHOMSKY, 1988, apud MARSHALL, 2003, pg. 34).

Por essas razões, a análise desse tipo de discurso deve transbordar o conteúdo textual a partir da contextualização histórica em que os fatos estudados se inserem. Isso inclui, além dos fatores sociais históricos, a compreensão de como as relações de força se entrelaçam até a formação do produto final, neste caso, o jornal.

Dada esta rede de fatores, a discussão da autonomia e das liberdades em um jornal saem do debate “existe ou não existe” para se discutir por que não existe e quais os caminhos que o interlocutor e os jornalistas devem tomar para que exista credibilidade naquilo que é transmitido e internalizado.

Então, em concordância com as teorias de análise do discurso, e com o que foi dito mais acima, que os jornais devem percebidos e compreendidos a partir da realidade em que se inserem, deveríamos considerar o pluralismo contemporâneo para a produção de qualquer conteúdo que seja de interesse público. De acordo com Habermas (2004), “[...] o pluralismo interpretativo afeta a visão de mundo e a autocompreensão, bem como a percepção dos valores e dos interesses de pessoas cuja história individual tem suas raízes em determinadas tradições e formas de vida, e é por elas moldada”. (HABERMAS, 2004, pg. 9).

O jornalismo, do ponto de vista de uma abordagem que permita ao leitor ser informado com qualidade e isenção, como prescreve a bula jornalística das faculdades de comunicação, deveria procurar inserir igualmente os participantes de um fato jornalístico de modo que, a partir dos diferentes pontos de vista, se universalizasse todos os interesses envolvidos. De modo que fosse possível ao interlocutor formar juízos de

valor com a maior profundidade e embasamento possíveis. E que não fosse necessário apenas ser possível encontrar e perceber a existência de diferentes pontos de vista de um fato a partir de uma extensa pesquisa, como a que foi feita neste trabalho.

Os fatores que determinaram a forma de cobertura do Setor Noroeste no Correio Braziliense foram os objetos fundamentais para a análise do discurso do jornal. A publicidade, por exemplo, teve um tipo de influência dupla: primeiramente o caráter ideológico do ponto de vista financeiro, que faz com que o jornal renda sua linha editorial diante dos recursos provenientes das propagandas, neste caso, imobiliárias. Em segundo lugar, como consequência do descrito acima, a força coercitiva que essa publicidade exerce no consciente e também no inconsciente dos jornalistas no momento da produção das matérias, principalmente quando descobrem que essas notícias dividirão com os anúncios publicitários o espaço na mesma página. Como disse Habermas (2004), “uma pessoa só pode ser livre se todas as demais forem”. Dessa forma, o jornal, em suas relações hierárquicas, funciona a partir de uma cadeia na qual cada degrau subordina-se a outro, de tal forma que os níveis de liberdade e autonomia se estreitam no caminho que chega até o jornalista responsável por apurar e escrever matérias.

O Correio Braziliense é, antes de um jornal, uma empresa capitalista. Como tal, existe graças ao dinheiro que movimenta. Consciente do dinheiro proveniente da publicidade imobiliária seria contraditório, dentro da perspectiva capitalista, noticiar negativamente um fato benéfico à indústria e ao mercado imobiliário. Em concordância com Chomsky (1988), que afirmou que o modelo ocidental de jornalismo funciona como um modelo de propaganda, a questão da influência publicitária deve ser considerada como fundamental para a compreensão da forma de cobertura do Correio Braziliense no tema do bairro Noroeste. Porém, seria óbvio e simplista determinar essa cobertura apenas pelo fato de o jornal se tratar de uma empresa capitalista captadora de recursos financeiros do campo publicitário. Em acordo com o que o próprio Chomsky (1988) disse, citado mais acima, os jornais podem abrigar e misturar interesses complexos e por vezes contraditórios de distintos setores do comércio, da indústria, do governo, de diferentes bairros e regiões que disputam espaços de mercado e espaços da cidade. Em algumas conjunturas esses diversos interesses se aliam ou se excluem, enquanto os jornais flutuam em suas linhas editoriais, dados os contextos.

Por isso, é importante ressaltar o esforço deste trabalho para que a análise não seja reduzida a uma crítica da parcialidade e a falta de isenção na cobertura feita pelo

Correio no assunto do Setor Noroeste. A análise se enriquece a partir do momento em que é entendida como um estudo de caso, para um debate maior, que busca revelar as contradições da mídia em geral, que tenta manter a imagem de mediadora séria e confiável, comprometida com informações de qualidade para o leitor, ao mesmo tempo em que é pressionada pelos anunciantes que a financiam, tanto governo como empresas privadas.

Mais além, quando ancorada em conceitos e autores, e fundamentada em dados de pesquisa de fontes oficiais, como a Fundação João Pinheiro nos dados sobre demanda habitacional, se considere as polêmicas que marcaram todo o debate sobre o empreendimento, como a apropriação do discurso ambiental da Ecovila como justificativa legitimadora e inquestionável do projeto; o argumento de provisão a um déficit habitacional existente e de finalização da Brasília supostamente prevista por Lucio Costa; e ainda o impasse em torno da questão indígena. E partir delas refletimos para além do fato para pensar no modelo de cidade, e mais ainda, nos paradigmas, não apenas comunicacionais, mas também os inerentes às relações e valores sociais, bem como as formas de se fazer política.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs - Vol.2*. São Paulo: Editora 34, 2004

HABERMAS, Jürgen. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria Crítica e a Escola de Frankfurt*. Campinas – SP: Papyrus, 1988.

MARSHALL, Leandro. *O Jornalismo na era da Publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

ORLANDI, Eni P.. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

Documentos:

BRASIL, *Brasília Revisitada*. Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 - GDF e da Portaria nº 314/1992 - Iphan. Escrito pelo arquiteto e urbanista, Lucio Costa.

BRASIL, *Lei nº 34/1999, de 23 de fevereiro de 1999*. Autor: José Roberto Arruda. Ementa: Dispões Sobre o Parcelamento do Solo Para Fins Urbanos no Distrito Federal. Brasília, Senado Federal, 1999.

Artigo:

¿QUÉ es una Ecoaldeia?. GILMAN, Robert. Para a Rede de Ecovilas das Américas. 2009

Sites:

Agência Brasil. Brasília, 2008. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/22/materia.2008-02-22.3110166097/view>. Acessado em 12 de maio de 2009, às 12h08min.

CMI. Brasília, 2008. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/12/404689.shtml>. Acessado em 2 de junho de 2009, às 14h26min.

IPOEMA. Brasília, 2009. http://www.ipoema.org.br/interna_e_02.htm. Acessado em 23 de maio de 2009, às 02h12min.

O Globo. Rio de Janeiro, 2009.

<http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2009/04/27/primeiro-bairro-verde-de-brasilia-comeca-sair-do-papel-gera-polemicas-755452811.asp>. Acessado em 14 de maio de 2009, às 17h40min.

Santuário dos Pajés: <http://www.santuariodospajes.org/>. Acessado em 2 de maio de 2009, às 09hs.

SENADO FEDERAL. Brasília, 2009. http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/Consulta_Parl.asp?RAD_TIP=PLS&Tipo_Cons=15&FlagTot=1&p_cod_senador=46&p_cod_comissao=. Acessado em 14 de maio de 2009, às 21hs.

Youtube. Brasília, 2008. <http://www.youtube.com/watch?v=fxG9E-3iubY>. Acessado em 15 de maio de 2009.

Entrevistas não publicadas:

SCHVARSBERG, Benny.

Nota: Urbanista concedeu entrevista a mim, a respeito do processo histórico de construção do Setor Noroeste.

LIMA, Paíque D.

Nota: Ativista do Centro de Mídia Independente, foi por mim entrevistado para explicar o funcionamento do mesmo.

PASSARINHO, Mônica.

Nota: Bióloga e ativista do Instituto de Permacultura, concedeu entrevista para explicar as linhas ideológicas e de funcionamento das Ecovilas.

Entrevista publicada em site:

MAGALHÃES, Carlos. Entrevista com Carlos Magalhães da Silveira. *Youtube*. <http://www.youtube.com/watch?v=fxG9E-3iubY>. Jul. 2008.